



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

VANESSA DE OLIVEIRA SOARES

**FINANÇAS COMPORTAMENTAIS: a educação financeira e o
risco**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Sant'Ana do Livramento

2014

VANESSA DE OLIVEIRA SOARES

**FINANÇAS COMPORTAMENTAIS: A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O
RISCO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em administração pela Universidade
Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Orientador: Prof(a). Silvia Amélia Mendonça
Flores

Sant'Ana do Livramento

2014

VANESSA DE OLIVEIRA SOARES

FINANÇAS COMPORTAMENTAIS: A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O RISCO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em administração pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Área de Concentração: Finanças Comportamentais

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 14 / 01 / 2015
Banca examinadora

Prof(a). Me. Silvia Amélia Mendonça Flores
Administração – UNIPAMPA

Prof(a). Me. Laura Alves Scherer
Administração – UNIPAMPA

Prof(a). Me. Andressa Hennig Silva
Administração – UNIPAMPA

Dedico este trabalho de conclusão de curso aos meus pais, os quais sempre me apoiaram, acreditaram em mim e no meu sucesso.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a todos os acadêmicos que de boa vontade responderam meu questionário e me ajudaram na conclusão desta etapa.

Agradeço a todos os professores que dividiram e aos que ainda dividem os seus conhecimentos comigo, que me deram apoio e acreditaram no meu potencial ao longo da minha graduação. Em especial agradeço a professora Silvia por me orientar e auxiliar neste momento tão importante para mim.

Não tenho nem palavras para agradecer aos meus colegas, estes que passaram dias, tardes e noites comigo, fazendo trabalhos, estudando, alguns que me acompanharam desde os primeiros dias até o fim. Que além de colegas foram amigos e dividiram comigo o mesmo sonho.

Agradeço também ao meu namorado, Eduardo, pela paciência e ajuda que me deu.

E por fim, mas com certeza não menos importante, agradeço a minha família, especialmente meus pais, que acreditaram no meu sonho, na minha força de vontade e na minha capacidade de tornar esse sonho realidade. Que me ajudaram em tudo o que puderam e em todos os momentos durante a minha graduação, vocês foram também um motivo para que eu conseguisse ultrapassar todas as dificuldades para chegar até aqui.

RESUMO

No mundo contemporâneo, os indivíduos crescem tendo que lidar cada vez mais com diversas questões financeiras, onde todas as decisões que tomam contêm características de risco. Isto faz com que a educação financeira seja de extrema importância, pois com ela os indivíduos tomam decisões mais conscientes, caem menos em fraudes, se integram melhor na sociedade e no longo prazo adquirem um maior bem-estar financeiro. Sendo assim, objetivo principal deste trabalho foi analisar, sob a ótica das finanças comportamentais, a educação financeira, a percepção e o comportamento de risco dos estudantes universitários da cidade de Santana do Livramento. Com este intuito foi realizada uma pesquisa *survey*, composta por 625 respondentes, em que o instrumento de coleta de dados foi um questionário que contém 31 questões. A análise dos resultados foi realizada com técnicas de estatística descritiva (média, mediana, desvio padrão, frequência, percentual e correlação de Pearson), teste de confiabilidade das escalas (*Alfa de Cronbach*) e testes de hipóteses (teste t e ANOVA). De acordo com o estudo realizado, foi possível perceber que os acadêmicos pesquisados possuem uma educação financeira consideravelmente baixa, pelo nível de escolaridade e instrução que possuem. Porém, apesar de possuírem baixo nível de conhecimento sobre assuntos financeiros, demonstraram ter uma boa percepção de risco e comportamentos cautelosos frente ao mesmo. Os resultados encontrados também demonstram que a educação financeira possui uma relação positiva com a percepção de risco e negativa com o comportamento de risco financeiro. Espera-se que os resultados deste trabalho instiguem novos estudos na área das Finanças Comportamentais, corroborando assim, para o desenvolvimento do tema no Brasil.

Palavras-chave: Finanças Comportamentais, Educação Financeira, Percepção de Risco, Comportamento de Risco, Universitários.

ABSTRACT

In today's world, individuals grow having to deal increasingly with several financial issues, where all the decisions made involve risk characteristics. This makes financial education extremely important, as it allows individuals to make better choices, to avoid being victims of fraud, to better integrate in society and to acquire greater financial well-being in the long term. Therefore, the aim of this study was to analyze, from the perspective of behavioral finance, financial education, awareness and risk behavior of university students in the city of Santana do Livramento. To this end, a survey was conducted, consisting of 625 respondents to a 31-question questionnaire as collection instrument. The data analysis was conducted through descriptive statistics (mean, median, standard deviation, frequency, percentage and Pearson correlation), scale reliability test (Cronbach's alpha) hypothesis tests (t test and ANOVA). According to the study, it was revealed that the students surveyed have considerably poor financial education if compared to their levels of schooling. Despite their low levels of financial knowledge, however, students have proven to possess a good level of perception on risk and tend to adopt cautious behaviour when addressing financial affairs. The results also demonstrate that financial education has a positive relation to risk perception and a negative one to financial risk behaviour. It is expected that the results of this paper instigate further studies in the field of behavioural finance, in a way that it contributes to the development of the theme in Brazil.

Keywords: Behavioral Finance, Financial Education, Risk Awareness, Risk Behavior, College Students.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Finanças Comportamentais	20
Figura 2 – Tópicos de Educação Financeira.....	24
Figura 3 – Ações dos Governos para promoção da Educação Financeira.....	26
Figura 4 – Resumo das variáveis sociodemográficas com os fatores estudados.....	35
Figura 5 – Síntese da construção do instrumento de coleta de dados	38
Gráfico 1 – Sentimento quanto aos conhecimentos para gerenciar as finanças pessoais.....	47
Figura 6 –Classificação do nível de conhecimento de acordo Chen e Volpe (1998).....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Regras práticas sobre o valor do coeficiente de variação	42
Tabela 2 – Estatística descritivas características sociodemográficas	44
Tabela 3–Estatística descritiva da escolaridade dos pais e da formação dos pesquisados	45
Tabela 4 – Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro?	46
Tabela 5 – Frequência de respostas corretas, incorretas e percentual de acertos das questões de conhecimento financeiro básico	48
Tabela 6 – Frequência de respostas corretas, incorretas e percentual de acertos das questões de conhecimento financeiro avançado	49
Tabela 7 – Estatística descritiva do conhecimento financeiro básico e avançado e do índice de conhecimento financeiro.....	49
Tabela 8 – Classificação do nível de educação financeira	50
Tabela 9 – Estatística descritiva da escala de percepção de risco financeiro	52
Tabela 10 – Estatística descritiva da escala de comportamento de risco financeiro	52
Tabela 11 – Fator percepção de risco e fator comportamento de risco	53
Tabela12 – Teste t para amostras independentes.....	55
Tabela13 – Teste de análise de variância (ANOVA) para o fator educação financeira.....	56
Tabela14 – Teste de análise de variância (ANOVA) para os fatores percepção e comportamento de risco.....	57
Tabela15 – Correlação de Pearson entre educação financeira e os fatores percepção e comportamento de risco.....	58

LISTA DE SIGLAS

ANOVA – Análise de variância

CAPM – Capital Asset Pricing Model ou Modelo de Precificação de Ativos Financeiros

COREMEC – Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização

ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira

GT – Grupo de Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

URCAMP – Universidade da Região da Campanha

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	PROBLEMÁTICA.....	14
1.2	OBJETIVOS.....	15
1.2.1	Objetivo Geral	15
1.2.2	Objetivos Específicos	15
1.3	JUSTIFICATIVA.....	16
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1	FINANÇAS COMPORTAMENTAIS	18
2.2	EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	22
2.2.1	Educação Financeira no Brasil	27
2.3	RISCO	28
2.3.1	Percepção de risco financeiro.....	29
2.3.2	Comportamento de risco financeiro	31
2.4	VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS	31
3	MÉTODO.....	36
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	36
3.2	MÉTODO ESCOLHIDO	37
3.3	TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	38
3.3.1	Universo da pesquisa e amostragem	39
3.4	TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS	40
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES	43
4.1	PERFIL DOS RESPONDENTES	43
4.2	EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	46
4.3	PERCEPÇÃO E COMPORTAMENTO DE RISCO.....	51
4.4	EDUCAÇÃO FINANCEIRA, RISCO E VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS	54

4.5	ANÁLISE DE CORRELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, PERCEPÇÃO E COMPORTAMENTO DE RISCO	58
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
	REFERÊNCIAS	62
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	65

1 INTRODUÇÃO

O estudo da tomada de decisão é tema de interesse de diversas áreas, entre elas destacam-se a psicologia cognitiva, a economia e as finanças. As teorias econômicas e financeiras estavam sempre em discussão quanto a racionalidade dos tomadores de decisão. Até que a psicologia cognitiva introduziu a ideia de que os tomadores de decisão nem sempre pensam ao tomar uma decisão corriqueira, ou seja, agem de forma automática. Ademais, demonstrou também que as emoções interferem no processo de tomada de decisão (MACEDO JR, KOLINSKY e DE MORAIS, 2011).

Dessa forma, a partir da década de 70, surge um novo campo de estudos chamado de Finanças Comportamentais. De acordo com Macedo Jr. (2003, p. 58) “o estudo da interferência dos incentivos intrínsecos no comportamento econômico dos humanos é campo de estudo de uma nova ciência, chamada de Economia Comportamental ou Finanças Comportamentais”.

Segundo Macedo Jr, Kolinsky e De Moraes (2011) as finanças comportamentais juntam conceitos tanto de economia, de finanças e da psicologia cognitiva, a fim de firmar uma base mais sólida para aos estudos de como os indivíduos se comportam no mercado financeiro.

Assim, com a crescente variedade de produtos financeiros oferecidos aos consumidores e investidores, aumentou-se as opções dos indivíduos e atribuiu-lhes uma maior responsabilidade na hora de tomar uma decisão. A ascensão econômica vivenciada nos últimos anos pelos brasileiros, também os coloca cada vez mais em contato com instrumentos e operações financeiras, sem que muitas vezes possuam conhecimento suficiente para conseguir compreender as peculiaridades, riscos e oportunidades abarcadas por cada uma das opções (PLANO DIRETOR ENEF).

É nesse cenário que se configura a grande importância de se propagar a educação financeira. Para Amadeu (2009, p.22) “a educação financeira é um investimento com ganhos tanto para os clientes quanto para os fornecedores de serviços financeiros”, pois, ainda segundo o autor, a educação financeira fornece aos indivíduos a possibilidade de melhor gerenciar seus recursos financeiros, o entendimento das diversas alternativas financeiras e com isso a melhora do seu bem estar. Em compensação, os estabelecimentos microfinanceiros

lucram com os clientes melhor informados, pois estes estabelecem melhores resultados.

Portanto, seguindo o raciocínio das finanças comportamentais diversos fatores afetam a tomada de decisão. Sendo assim, o objetivo principal deste trabalho foi identificar a educação financeira e a percepção e comportamento de risco dos estudantes universitários, mas também questionar qual a relação entre a educação financeira e os fatores percepção e comportamento de risco (tomada de decisão sob risco). Neste sentido, o estudo buscou investigar, mais especificamente, os estudantes universitários, tendo em vista a participação dos mesmos no ambiente econômico. Além disso, os universitários, que em sua maioria são jovens, poderão se expor a decisões financeiras, tendo em vista as situações que vivenciam no ambiente universitário, como por exemplo, morar sozinho e gerenciar os seus gastos.

1.1 PROBLEMÁTICA

Atualmente, com os produtos financeiros crescendo em grande proporção, e a facilidade de se adquirir estes produtos cada vez maior, o conhecimento em finanças vem se mostrando mais importante para a população e os indivíduos em geral. Dessa forma a preocupação de instituições públicas e privadas em disseminar a educação financeira está crescendo a cada dia (LUCCI et al., 2006; MATTA, 2007; WISNIEWSKI, 2011; BORGES, 2013).

Acredita-se que um bom nível de educação financeira poderia diminuir alguns problemas financeiros da população como o endividamento e instruir os indivíduos a poupar para as circunstâncias inesperadas, como doenças e desemprego (WISNIEWSKI, 2011). Dessa forma, pode-se dizer que o conhecimento em finanças poderia mudar algumas atitudes em relação às finanças pessoais dos indivíduos.

O trabalho de Flores, Campara e Vieira (2012) demonstra que os pesquisados com mais escolaridade apresentaram um maior nível de educação financeira. Além disso, os conhecimentos financeiros contraídos na juventude, assim como os comportamentos desenvolvidos, são levados na bagagem para a vida inteira, influenciando percepções e comportamentos na vida adulta (PARABONI et al., 2013). Dessa forma, pelos motivos expostos, a pesquisa será aplicada a estudantes universitários, pelo fato destes estarem

buscando conhecimento, de serem em sua maioria jovens, e comecem a tomar decisões financeiras cada vez mais importantes de forma independente.

Portanto, o presente trabalho busca descobrir o nível de educação financeira e a percepção e comportamento de risco dos universitários, e pretende analisar estes níveis a fim de verificar se os estudantes que possuem um maior nível de educação financeira possuem atitudes e percepções diferentes frente ao risco. Ademais, pretende analisar como as variáveis sociodemográficas dos estudantes relacionam-se com a educação financeira e o risco.

Dessa forma, tem-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual o nível de educação financeira, a percepção e o comportamento de risco dos estudantes universitários?**

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos desta pesquisa estão divididos em duas partes: objetivo geral e objetivos específicos. O objetivo geral diz respeito ao que o estudo almeja responder com o problema de pesquisa, e os objetivos específicos tratam da maneira que se deseja alcançar o objetivo geral.

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar o nível de Educação Financeira, a Percepção de risco e o Comportamento de Risco em estudantes universitários na cidade de Santana do Livramento.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os níveis de educação financeira dos estudantes universitários;
- Identificar as percepções e comportamentos de risco dos estudantes universitários;
- Verificar nos fatores estudados (educação financeira, percepção e comportamento de risco), se existe diferença de médias nos grupos das variáveis sociodemográficas;

- Analisar a existência da relação entre a educação financeira e os fatores percepção e o comportamento de risco.

1.3 JUSTIFICATIVA

Em virtude do alarmante número de inadimplências, falências e implicações de uma ruim administração das finanças domésticas sobre economia, os Estados Unidos tem dado cada vez mais atenção à Educação Financeira. Instituições tanto públicas como privadas estão trabalhando na situação, a fim de implementar programas educativos para a população (LUCCI et al., 2006).

No Brasil, a maioria da população possui dificuldades para adquirir bens, problemas para administrar suas dívidas e despreparo para lidar com situações como o desemprego (MACEDO JR, 2007 apud BORGES, 2013). Mesmo assim, no Brasil, a educação financeira não está no currículo da maioria das escolas, tanto de ensino fundamental como de ensino médio, e das universidades (BORGES, 2013).

Portanto, seja pelo bem estar da sociedade ou pelo equilíbrio da economia como um todo, a educação financeira é de extrema importância.

O tema risco, por sua vez, há muito tempo vem sendo de grande interesse em diferentes áreas, como a psicologia, a economia e a finanças. E com o nascer das Finanças Comportamentais vem ganhando ainda mais força (MACEDO JR., 2003).

Embora existam estudos no país que tratem dos dois temas propostos por esta pesquisa, até o presente momento é carente os estudos no Brasil que pesquisem concomitantemente a educação financeira e o risco, acredita-se então que este trabalho seja de grande relevância no campo das finanças comportamentais por se tratar de um tema em desenvolvimento.

O estudo de Lucci et al. (2006) com universitários, indica que o nível de conhecimento financeiro dos estudantes é diretamente proporcional ao número de disciplinas vinculadas à finanças cursadas pelos mesmos na graduação. Tendo em vista que diversos cursos de ensino superior possuem disciplinas relacionadas a finanças no decorrer da graduação, optou-se por pesquisar os estudantes universitários, tanto de cursos com disciplinas de finanças como cursos que não possuem estas disciplinas, para verificar se elas

influenciam ou não os níveis de educação financeira e qual a relação destes níveis com o risco.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos. Este primeiro capítulo destina-se a introdução, a problemática do estudo, os objetivos geral e específicos que o trabalho pretende alcançar e a justificativa para a elaboração do mesmo.

O segundo capítulo trata do referencial teórico, abrangendo conceitos, termos e estudos que abordam as finanças comportamentais, a educação financeira, a educação financeira no Brasil, o risco, a percepção e o comportamento de risco. Assim como a influência das variáveis demográficas na educação financeira e no risco.

O capítulo terceiro aborda o método do estudo, contendo o tipo de pesquisa, o método utilizado, a técnica de coleta de dados, a amostra pesquisada e as técnicas de análise dos dados utilizadas.

No capítulo quatro tem-se a análise dos resultados e discussões. Contendo o perfil dos respondentes, a análise da educação financeira, das percepções e comportamentos de risco dos pesquisados. Encontram-se também no capítulo quatro, as análises de diferença de médias de grupos e as relações existentes entre a educação financeira e os fatores percepção e comportamento de risco.

Por último, no capítulo cinco, tem-se as considerações finais deste trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção abordam-se os conceitos teóricos que embasam o trabalho. Assim neste capítulo, discutem-se temas como finanças comportamentais, educação financeira, risco, comportamento de risco e percepção de risco.

2.1 FINANÇAS COMPORTAMENTAIS

Existem diversas teorias dentro das finanças, entre elas estão a teoria tradicional ou antiga, a teoria da utilidade esperada ou moderna, e as finanças comportamentais.

A teoria financeira tradicional acredita que os mercados podem agir de forma irracional, ou seja, quando muitos investidores se encontram otimistas demais e pagam o que os ativos não valem, ou quando eles se encontram muito pessimistas e não estão dispostos a pagar o que os ativos valem. Entende-se mercado como o montante de investidores que compram e vendem ativos em um mercado organizado (MACEDO JR, KOLINSKY e DE MORAIS, 2011). Ainda segundo os autores, a análise financeira tradicional entende que o mercado nem sempre está correto, e que um investidor pode auferir significativa quantia de dinheiro descobrindo quando o mercado está agindo erroneamente.

Porém, de acordo com os princípios da teoria da utilidade, os indivíduos racionais processam todas as informações disponíveis ao negociar um ativo, e os erros que cometem são aleatórios e não resultado de ações otimistas ou pessimistas (BERNSTEIN, 1997). Markowitz, que em 1950 escreveu um artigo histórico formando as bases das novas finanças, o qual dizia que os mercados não poderiam ser previstos e que não era possível um investidor individual ganhar mais do que a média do mercado (MACEDO JR, KOLINSKY e DE MORAIS, 2011).

A visão da teoria da utilidade e a defesa dos pressupostos de que os investidores são sempre racionais e de que os mercados são imprevisíveis, causou uma grande mudança nas finanças. Onde as finanças que adotavam a racionalidade dos tomadores de decisão e a imprevisibilidade do mercado passaram a chamar Finanças Modernas, e as finanças que continuavam a defender a previsibilidade dos mercados e concentração dos investimentos

começou a ser chamada de Finanças Antigas ou Tradicionais (MACEDO JR, KOLINSKY e DE MORAIS, 2011).

Com o passar do tempo começaram a surgir críticas às finanças modernas, primeiramente com relação à hipótese da eficiência dos mercados e ao Modelo de Precificação de Ativos Financeiros (CAPM), sendo que depois uma segunda fonte de críticas foi atribuída à racionalidade de decisão (MACEDO JR, KOLINSKY e DE MORAIS, 2011).

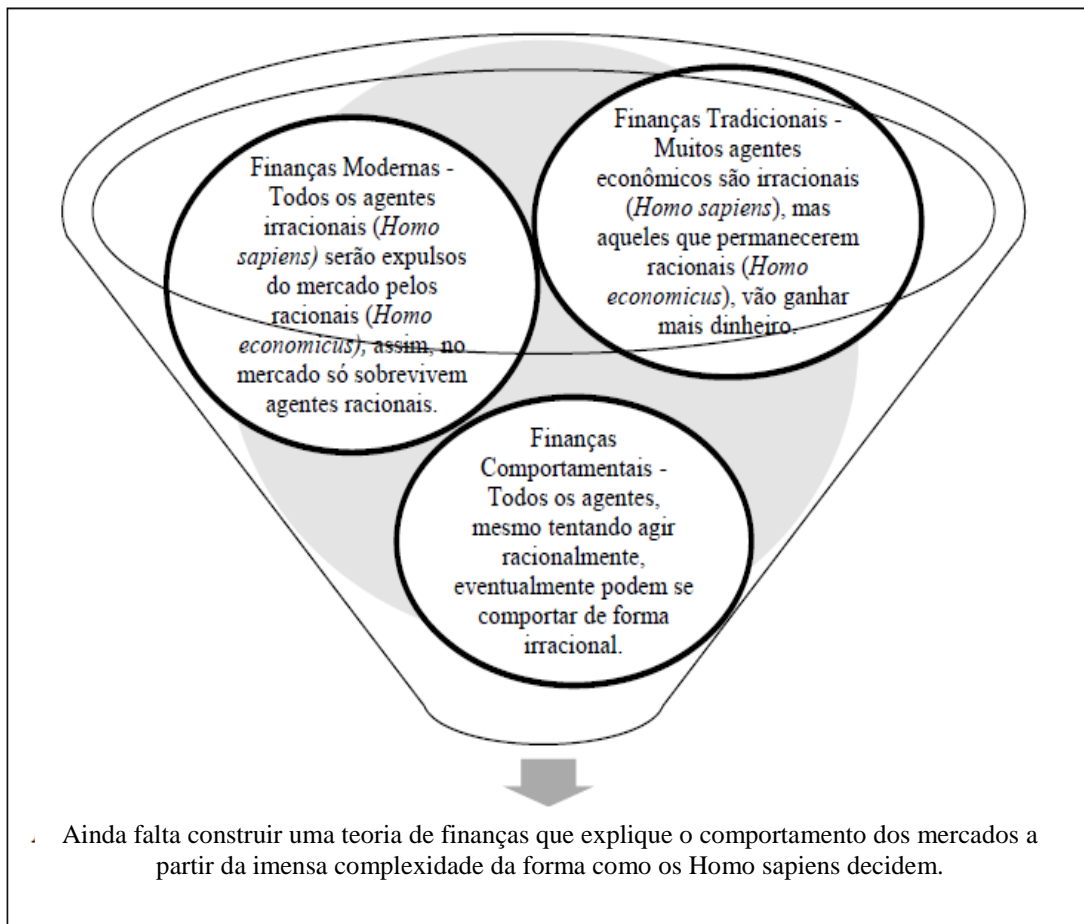
Posteriormente, também surgiu o estudo de Kahneman e Tversky (1979), denominado Teoria do Prospecto, em que estes notaram a propensão ou aversão ao risco dependendo da posição de ganhos ou perdas em que os indivíduos se encontravam. Dessa forma, os estudos que levam em conta a possibilidade de mudança de atitude dependendo da perspectiva em que os indivíduos se encontram, começaram a ser nomeados de Finanças Comportamentais (MACEDO JR, KOLINSKY e DE MORAIS, 2011).

Muitos psicólogos cognitivos se dedicaram ao estudo da tomada de decisão, porém, mesmo com todos os progressos que fizeram, carecia-se de alguém que fizesse a junção da Economia com a Psicologia Cognitiva. Junção esta feita por Richard Thaler, que uniu os dois ramos de estudo (MACEDO JR., 2003).

Richard Thaler por ter sido o homem que aproximou a Economia da Psicologia está em destaque entre economistas acadêmicos que reagiram as falhas do comportamento racional. Também neste sentido encontram-se Kahneman e Tversky, que marcaram a aproximação da Psicologia, Economia e Finanças. Assim foi Tversky, Kahneman e Thaler que consagraram o novo campo de estudos de “Finanças Comportamentais” (BERNSTEIN, 1997).

A perspectiva apresentada pode ser evidenciada na Figura 1.

Figura 1 - Finanças Comportamentais.



Fonte: Macedo Jr, Kolinsky e De Moraes (2011, p. 267).

Segundo Macedo Jr, Kolinsky e De Moraes (2011) as finanças comportamentais juntam conceitos tanto da economia, das finanças e da psicologia cognitiva na tentativa de elaborar um molde mais detalhado do comportamento humano nos mercados financeiros.

Conforme citado anteriormente na Teoria do Prospecto, Kahneman e Tversky (1979) constataram que os indivíduos tendem a possuir aversão ao risco quando enfrentam situações de ganho, e propensão ao risco quando estão em situações de perda, atitude conhecida como efeito reflexo (MACEDO JR., 2003).

Dessa forma, no processo de decisão existe a influência de efeitos estruturais, ou seja, a forma como as opções são apresentadas influencia na tomada de decisão. Quando as opções apresentadas mostram ganhos potenciais, os indivíduos tendem a possuir aversão ao risco, assim, procuram as opções que possuam um rendimento menor, porém com menos riscos, do que as que tenham um rendimento maior com maiores riscos (TVERSKY e

KAHNEMAN, 1981 apud MUNDIN-MASINI, 2009). Ao contrário acontece quando se trata de perdas potenciais, onde os indivíduos preferem escolher as opções de grandes perdas incertas, do que pequenas perdas certas. Portanto, mesmo que os resultados das escolhas sejam idênticos, a maneira como a situação é apresentada conduz a escolhas muito diferentes (KAHNEMAN e TVERSKY, 1979 apud BERNSTEIN, 1997; STERNBERG, 2000 apud MUNDIN-MASINI, 2009).

“O efeito reflexo pode causar vieses de decisão nos investidores, como por exemplo, a aversão a realizar perdas ou o efeito disposição” (SHEFRIN e STATMAN, 1985 apud MACEDO JR., 2003, p. 9). Conforme o efeito disposição, os investidores tendem a se desfazerem rapidamente de ações com desempenho positivo, e a conservar por um longo tempo em suas carteiras as ações com desempenho negativo (SHEFRIN e STATMAN, 1985; ODEAN, 1998, apud MACEDO JR., 2003).

Macedo Jr. (2003) apresenta estudos de diversos autores (SHEFRIN e STATMAN, 1985; ODEAN, 1998; BARBER e ODEAN, 1999; LOCKE e MANN, 2000; CHIU et al., 2001; JACOBSEN e BROUWER, 2001; GRINBLATT e HAN, 2001; BROWN et al., 2002) que concluíram que as decisões dos investidores são significativamente influenciadas pelo efeito disposição, o que vai contra o conselho dos analistas profissionais, que conforme Constantinides (1983; 1984) geralmente é desfazer-se rapidamente das ações com perdas e conservar as ações com ganhos.

Considerando o exposto, Sternberg (2000) diz que:

Os estudos sobre heurística e vieses ressaltam a importância de distinguir entre competência intelectual e desempenho intelectual, conforme se manifestam na vida diária. Isso quer dizer que as pessoas podem ser inteligentes convencionalmente, baseando-se em testes; entretanto, mostram exatamente os mesmos vieses e raciocínio falho que alguém com um escore inferior nos testes. Esses indivíduos, frequentemente, não conseguem utilizar completamente sua competência intelectual em sua vida diária (STERNBERG, 2000 apud MUNDIN-MASINI, 2009, p. 20).

Com o exposto por Sternberg, pode-se entender o motivo que leva os indivíduos, mesmo os que possuem uma maior competência intelectual, a desenvolverem condutas errôneas. Pois estes, mesmo possuindo as informações necessárias para uma boa condução de suas carteiras de investimentos, no dia a dia, caem no mesmo raciocínio falho dos que não possuem tais informações e competências.

O próximo tópico deste trabalho abordará o tema que tange a educação financeira.

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Após a dissolução da União Soviética, o capitalismo passou a ser o sistema econômico adotado por quase todos os países do globo (MATTA, 2007). Esse “novo” sistema econômico, o capitalismo possui como bases fundamentais:

O direito a propriedade privada, a livre exploração dos meios de produção (seja pela iniciativa pública ou pela privada), a adoção das leis de mercado (exemplo: oferta e procura), afetando a distribuição de produtos e estabelecimento de preços e o direito ao lucro (MATTA, 2007, p. 58).

Dessa forma, é normal que no mundo de hoje as pessoas precisem crescer tendo que lidar com inúmeras questões financeiras (MATTA, 2007).

Com o desenvolvimento do sistema capitalista, os produtos financeiros se tornaram muitos mais complexos do que eram nas gerações passadas, forçando os indivíduos desta geração a possuírem um maior conhecimento para distinguir entre os produtos e serviços disponíveis, quais atendem as suas necessidades e qual o que mais lhe trará benefícios (MATTA, 2007).

Dessa forma, neste mundo com tantas opções de produtos financeiros, como cartões de crédito, cheques especiais, financiamentos, crediários, poupança, fundos de investimentos, entre outros, a população deve se encontrar capacitada para quando desejar adquirir um bem ou serviço, sabendo lidar com estas situações que a cada dia se mostram mais complexas (LUCCI, et al., 2006). Ainda segundo os autores, é por esse motivo que a conscientização dos indivíduos é necessária e a educação financeira pode colaborar para que estes adquiram conhecimento de todas as variáveis envolvidas em uma decisão financeira.

Nesse sentido, Matta (2007, p. 59) entende a Educação Financeira Pessoal como sendo “o conjunto de informações que auxiliem as pessoas a lidarem com a sua renda, com gastos e empréstimos monetários, poupança e investimentos a curto e longo prazo”.

Alguns conceitos mais abrangentes são o de Hung, Parker e Yoong (2009) e o de Amadeu (2009). Hung, Parker e Yoong (2009 apud POTRICH, VIEIRA e CERETTA, 2013), percebem a educação financeira como o processo onde os indivíduos aperfeiçoam o entendimento de questões relacionadas a produtos, serviços e conceitos financeiros, podendo assim fazer escolhas mais conscientes, evitando cair em fraudes e sabendo onde conseguir ajuda, o que em longo prazo, leva o indivíduo a possuir um maior bem-estar financeiro.

Para Amadeu (2009) a educação financeira é um processo de construção de conhecimento que possibilita a melhoria da habilidade financeira das pessoas, possibilitando-as a adotar decisões fundamentadas e seguras, integrando-as melhor a sociedade, e dotando-as de capacidade para assumir uma atitude pró ativa na procura de seu bem estar.

Com base no exposto, pode-se dizer que a Educação Financeira está relacionada diretamente com o conhecimento financeiro. Segundo Worthington (2006):

O conhecimento financeiro pode ser enquadrado em duas vertentes: pessoal e profissional. Do ponto de vista pessoal, é atrelado à compreensão da economia e de como as decisões das famílias são afetadas pelas circunstâncias econômicas. Inclui ainda tópicos da gestão de recursos, tais como: orçamento, poupança, investimento e seguro. No âmbito profissional, o conhecimento financeiro é vinculado à compreensão de relatórios financeiros, fluxos de caixa e mecanismos de governança corporativa das empresas (WORTHINGTON, 2006 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1126).

A figura a seguir apresenta exemplos de tópicos e temas abordados nos currículos de Educação Financeira.

Figura 2: Tópicos de Educação Financeira.

Princípios básicos de administração do dinheiro	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliando sua situação financeira • Definindo metas financeiras • Distinção entre necessidades e desejos • Avaliando seu estilo financeiro
Administrando o Fluxo de Caixa	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer um Plano Financeiro • Desenvolver um orçamento • Gastar com inteligência
Construir Ativos	<ul style="list-style-type: none"> • Habitação, terrenos, imóveis e outros ativos físicos • Investir em um negócio • Proteção de Ativos
Lidar com os eventos do ciclo de vida	<ul style="list-style-type: none"> • Casamento • Formação do Patrimônio • Nascimento e educação dos filhos • Aposentadoria/velhice • Morte
Interfaces com Instituições governamentais e não governamentais	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura de uma conta poupança; definir metas de poupança; participantes em fundos • Contratação (e não a) contrair empréstimos; risco associados a empréstimos dinheiro; comparando empréstimo termos e condições • Cálculo dos juros; gestão das dívidas • Seguros – compreender o que é. E como fazê-lo
Lidar com desafios especiais	<ul style="list-style-type: none"> • Doença de membros da família • Morte de membros da família • Ajudar a outras famílias • Divórcio • Perda de emprego • Catástrofes naturais/calamidades
Processos decisórios financeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Decisões conjuntas • Decisões independentes
Planejamento para o futuro	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos • Velhice/Aposentadoria • Morte
Ganhar dinheiro	<ul style="list-style-type: none"> • Dinheiro fazendo ideias • Procurando emprego (trabalho assalariado) • Iniciar e gerir o seu próprio negócio • Planejamento de Carreira

Fonte: Sebstad e Cohen (2003 apud Amadeu, 2009).

É relevante destacar também que a importância dos diversos tópicos abordados pela educação financeira dependerá de questões como: o panorama financeiro dos indivíduos ou

grupos envolvidos, do estágio do ciclo de vida em que estes se encontram, e outros fatores relacionados com o contexto em que vivem e trabalham (AMADEU, 2009).

Para a população, a educação financeira é de grande importância, pois de um modo geral, a cada decisão financeira que os indivíduos tomam, há conseqüências que podem afetar de forma significativa sua vida (AMADEU, 2009). Porém, apesar da educação financeira a cada dia tornar-se mais necessária para o bem-estar da população, ela também é de extrema importância para o bom andamento dos mercados financeiros e da economia como um todo (LUCCI et al., 2006; PARABONI et al., 2013). Por estes motivos, percebe-se que cada vez mais a importância de se propagar a educação financeira vem sendo notada e entendida pelo mundo. O documento da ONU denominado Orientações das Nações Unidas para a Proteção do Consumidor, por intermédio do seu Comitê Econômico e Social, expõe os princípios gerais em relação aos consumidores, que devem ser perseguidos pelos governos dos países (MATTA, 2007). Os princípios são:

- a) A proteção dos consumidores quanto a riscos para a sua saúde e segurança;
- b) A promoção e proteção dos interesses econômicos dos consumidores;
- c) **Acesso dos consumidores à informação adequada que o habilite a tomar decisões conscientes conforme suas necessidades e desejos individuais;**
- d) **Educação do consumidor, incluindo educação quanto aos impactos econômicos, sociais e no meio ambiente decorrente de suas escolhas;**
- e) Possibilidade real de redirecionamento do consumidor;
- f) Liberdade para formar grupos de consumidores e outros relevantes grupos ou organizações para apresentarem suas visões no processo de tomada de decisão que os afeta;
- g) A promoção de modelos de consumo sustentáveis (ONU, 2003, p. 2-3 apud MATTA, 2007, p. 59, grifo do autor).

Tais princípios, principalmente o “c” e “d” (grifados), mostram a importância de propagação da educação financeira para a população. A promoção da educação financeira pessoal à sociedade, faz com que os indivíduos passem de vítimas do sistema financeiro para beneficiários pelo mesmo sistema, não importando a quantidade de dinheiro ou bens que estes possuam (MATTA, 2007).

É notável o crescente número de países que vem criando organizações, políticas públicas e redirecionando recursos financeiros e humanos com a finalidade de disseminar a educação financeira para seus habitantes. Estes países estão preocupados com a questão e agem ativamente para que seus cidadãos estejam bem informados sobre suas finanças pessoais e o mercado.

Alguns exemplos de países que se encontram nessa situação são: Estados Unidos, Inglaterra, Japão, Portugal, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia, entre outros (MATTA, 2007).

A figura a seguir traz alguns exemplos de ações promovidas por diversos países com o intuito de promover a educação financeira.

Figura 3 – Ações dos Governos para promoção da Educação Financeira.

País	Instituição governamental para fomento da educação financeira	Comentários
Estados Unidos	Departamento do Tesouro – Escritório de Educação Financeira	<ul style="list-style-type: none"> • Promove o acesso a instrumentos de educação financeira para tornar as pessoas aptas a tomar decisões sábias quanto ao gerenciamento financeiro pessoal. • Coordena as ações da Comissão de Educação e Instrução Financeira.
Inglaterra	Autoridade de Serviços Financeiros (FSA)	<ul style="list-style-type: none"> • Mantém a confiança de mercado, • Promove o entendimento público do sistema financeiro, proteção do consumidor e reduzir o crime financeiro. • Responsável pela elaboração de diretrizes para o ensino de educação financeira nas escolas inglesas.
Portugal	Instituto do Consumidor (IC)	<ul style="list-style-type: none"> • Atua como órgão de defesa do consumidor, • Tem como um dos seus objetivos principais, a promoção de ações de educação e formação e produção de meios didático-pedagógicos.
Japão	Instituto Nacional para Educação do Consumidor (NICE)	<ul style="list-style-type: none"> • Tem por objetivo sustentar uma efetiva e abrangente promoção da Educação do Consumidor
Canadá	Escritório de Assuntos do Consumidor (OCA)	<ul style="list-style-type: none"> • Atua no sistema de monitoramento do mercado e do consumo. • Atua como fonte de informação econômico financeira para a população canadense.

Fonte: Matta (2007, p. 62).

Abordados os conceitos sobre educação financeira e seu panorama geral, parte-se à educação financeira a nível nacional.

2.2.1 Educação Financeira no Brasil

No Brasil, o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), estabeleceu um Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de melhorar o grau de educação financeira da população brasileira (Plano Diretor ENEF). Este GT elaborou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que possui como objetivos:

Promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas consciente quanto à administração de seus recursos, e contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização” (Plano Diretor ENEF, p. 02).

Ainda segundo seu Plano Diretor, a ENEF “pavimenta uma trajetória sustentada no desenvolvimento socioeconômico, redução das desigualdades e promoção da cidadania” (ENEF, p. 04).

Um estudo realizado por Paraboni et al. (2013) no interior do estado do Rio Grande do Sul, com 810 estudantes de universidades públicas e privadas, demonstrou que o nível de conhecimento financeiro dos universitários está muito abaixo do desejado. A média de acerto dos respondentes foi de 50% das questões propostas, percentual considerado muito baixo, dado o nível de escolaridade dos pesquisados. Segundo os autores, se classificados conforme Chen e Volpe (1998), os estudantes possuem baixo nível de educação financeira, pois acertaram menos de 60% das perguntas, o que é preocupante dado que vários dos conceitos cobrados nas questões, são vivenciados no dia a dia da população, em transações financeiras corriqueiras.

Outra pesquisa, também realizada Rio Grande do Sul, foi a de Potrich, Vieira e Ceretta (2013), com 534 estudantes universitários na região central do estado, que responderam um questionário com 8 questões sobre finanças, onde a média de acerto dos respondentes foi de 49%, demonstrando um nível insatisfatório de conhecimento financeiro.

2.3 RISCO

A palavra risco vem do italiano antigo *risicare*, que significa arriscar, ousar. Dessa forma, é importante entender que se trata de uma opção, havendo sempre escolha e arbítrio nos riscos a que estamos expostos (BERNSTEIN, 1997).

Segundo Gitman (1987) toda decisão financeira contém características de risco e retorno. Dessa forma ao tomar essas decisões deve-se observá-las em termos de risco esperado e retorno esperado, assim como o impacto combinado destas sobre a ação. Pelo fato de comumente ser difícil de mensurar esses valores “esperados”, o processo de tomada de decisão financeira demanda abundante avaliação e conhecimento real sobre o assunto.

Gitman (2012) explica que no seu sentido mais básico, *risco* pode ser definido como possibilidade de perda. Encara-se como mais arriscados os ativos com maior possibilidade de perda do que aqueles com menores possibilidades. De uma maneira mais formal, os termos risco e incerteza são usados de mesma forma com referência a *variabilidade de retornos esperados*, relativos a um ativo. Ou seja, quanto mais certo for o retorno do ativo, menor sua variabilidade e, portanto, menor seu risco. Um exemplo de um ativo que não possui risco seria de um investimento que garante uma quantia exata após determinado período, pois não há nenhuma variabilidade no retorno. Já um investimento que poderá oferecer retornos no mesmo período que variam de R\$ 0 a R\$ 5.000,00 tem elevado risco devido à grande variabilidade dos retornos.

Para Casarotto Filho e Kopittke (2010) a incerteza pode causar medo, nervosismo e algumas vezes até pânico, ocasionando decisões longe de lógica e racionalidade quando tomadas nessas circunstâncias. Porém, estes entendem risco e incerteza de forma distinta, onde risco é a situação quando se possui informações sobre o que se pretende fazer, podendo assim estimar a probabilidade de que a situação saia como desejado. Já, a incerteza é a situação sem muitas informações, não podendo estimar uma probabilidade de que irá sair como deseja. A diferença pode ser ilustrada pelo exemplo a seguir:

Imagine que um indivíduo vai investir em uma empresa no mercado de ações. Se esta pessoa não dispuser de informações sobre a empresa que irá investir, será difícil estimar uma probabilidade de que irá lucrar com o investimento, dessa forma a situação é de incerteza. Entretanto, na medida em que receber informações sobre a empresa, como demonstrações financeiras anteriores e preço das ações nos últimos tempos, poderá estimar a probabilidade

de que irá lucrar e a situação passa a ser de risco ou arriscada (elaborado com base no exemplo de Gitman, 1987).

Os termos risco e incerteza serão utilizados neste trabalho com o mesmo sentido, referindo-se a situações onde o indivíduo encontra-se a tomar decisões sem possuir certeza do seu resultado.

Segundo Mundim-Masini (2009) risco é um construto subjetivo, que para pessoas diferentes possui sentidos diferentes, assim como a percepção da sua probabilidade de ocorrência. Para a autora, mesmo que a percepção de risco seja compreendida como um processo analítico de informações é preciso considerar a influência da intuição e de experiências passadas, que são guiados por processos emocionais e afetivos. E o comportamento de risco é qualquer ação que possui pelo menos uma consequência incerta, podendo ser positiva ou negativa.

Assim, acredita-se que a percepção e comportamento de risco de indivíduos que possuem um melhor nível de educação financeira pode ser diferente de indivíduos que não o possuem, pois, ao obter um maior conhecimento o indivíduo estará mais informado, podendo se sentir mais preparado e seguro ao tomar decisões e fazer julgamentos, mudando assim sua percepção e comportamento de risco.

2.3.1 Percepção de risco financeiro

“Ato, efeito ou faculdade de perceber”, é o significado de percepção, segundo dicionários (MÍNI AURÉLIO, 2005; MICHAELIS ONLINE, 2014). Assim, percepção de risco é o ato de perceber o risco, ou seja, o ato de perceber o perigo ou possibilidade de perigo.

Slovic (1999 apud MUNDIM-MASINI, 2009) ressalta que existe diferença entre probabilidade de risco e percepção de risco, ou seja, segundo o autor, risco real e risco percebido não são iguais. A relação entre risco e resposta ao risco é influenciada por valores, deixando claro que além da ponderação técnica do risco, existem outros fatores que são

cruciais para entender como as pessoas percebem e se comportam perante o risco. Ainda segundo o autor, pessoas diferentes percebem o risco de formas diferentes.

Mundim-Masini (2009) apresenta diferentes trabalhos (FISCHHOFF et al., 1978; MCDANIELS et al., 1997; SLOVIC, FLYNN e LAYMAN, 1991) que se dedicaram a estudar a relação de duas variáveis, o benefício percebido e o pavor, com o risco. A variável benefício possuiu uma relação inversa com o risco, ou seja, à medida que o benefício percebido aumentava, o risco percebido diminuía. Já o pavor e o risco mostraram uma relação positiva, ou seja, conforme se aumentava o grau de pavor, aumenta a percepção de risco.

No princípio, via-se a percepção de risco apenas como um processo analítico de informações, porém ao passar do tempo foi observada a importância e a necessidade de considerar as experiências e o pensamento intuitivo (MUNDIM-MASINI, 2009). Segundo Mundim-Masini, o estudo de Epstein (1994) defendeu a teoria de que os indivíduos percebem a realidade por dois caminhos: “um deles é intuitivo, automático, natural, não verbal e experiencial, enquanto o outro é analítico, deliberativo, verbal e racional” (MUNDIM-MASINI, 2009, p. 31). Ainda nessa linha de pensamento, Mundim-Masini (2009) destaca o pesquisador Zajonc (1980) que argumenta que a reação afetiva é a primeira reação quando um indivíduo sofre um estímulo, seguida pelo processamento de informações e julgamento.

Com os resultados dos primeiros estudos sobre percepção de risco, constatou-se a importância também da pesquisa de fatores sociais, políticos e culturais (MUNDIM-MASINI, 2009). Alguns exemplos de estudos que corroboram com esta visão são o estudo de Slovic (2000) e o de Vieira et al. (2013).

Slovic (2000 apud MUNDIM-MASINI, 2009) expõe que os homens brancos percebem menos riscos do que mulheres e homens não brancos, mostrando diferenças na percepção de risco de acordo com fatores sociais.

No Brasil, o estudo de Vieira et al. (2013) na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, buscou verificar se a ocupação (funcionários públicos e trabalhadores do setor privado) assim como variáveis sociodemográficas influenciavam na percepção e comportamento de risco. Referente à percepção de risco, a constatação foi que os servidores públicos possuem uma percepção de risco mais elevada do que outros trabalhadores. Ainda, segundo o referido estudo, as variáveis idade, estado civil, se possuem ou não filhos e/ou dependentes, escolaridade e faixa salarial mostraram diferenças significativas na percepção de risco dos

dois grupos pesquisados (funcionários públicos e outros trabalhadores). Inserir no parágrafo anterior.

2.3.2 Comportamento de risco financeiro

Comportamento, segundo dicionários, é a “maneira de se comportar, procedimento, conduta, ato” (MÍNI AURÉLIO, 2005; MICHAELIS ONLINE, 2014). Dessa forma, comportamento de risco é a maneira como os indivíduos se comportam perante o risco, ou seja, a maneira como os indivíduos se comportam perante o perigo ou possibilidade de perigo.

Conforme Mundim-Masini (2009), de uma forma mais geral, comportamento de risco pode ser entendida como uma ação de um indivíduo que possui uma ou mais consequências incertas, podendo gerar resultados positivos ou negativos. Ainda segundo Mundim-Masini (2009, p. 29) “aspectos individuais como, por exemplo, traços de personalidade, influenciam a maneira como os indivíduos percebem o risco e se engajam em comportamentos de risco”.

De acordo com Zuckerman (2000 apud VIEIRA et al., 2013) o comportamento de risco é de extrema importância, pois se os indivíduos não se engajassem em comportamentos arriscados a humanidade estaria estagnada. Leigh (1999 apud VIEIRA et al., 2013) expõe que o comportamento de risco pode ser entendido como uma ação onde existe perigo ou dano, mas também a oportunidade de ganho.

O tópico posterior abordará as influências das variáveis sociodemográficas nos fatores estudados.

2.4 VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS

Das obras as quais este trabalho aborda no seu referencial teórico, duas obras brasileiras (FLORES, CAMPARA e VIEIRA, 2012; VIEIRA et al., 2013) afirmam que as variáveis sociodemográficas influenciam em questões como a educação financeira, percepção

de risco e comportamentos de risco. O estudo de Flores, Campara e Vieira (2012) constatou que existem diferenças significativas na Educação Financeira de acordo com o estado civil, escolaridade e renda dos pesquisados. Já o trabalho de Vieira et al. (2013) encontrou diferenças significativas na percepção e comportamento de risco de acordo com as variáveis: idade, estado civil, dependentes/filhos, escolaridade e renda.

Com base no exposto, essa parte do trabalho possui o intuito de explicar como cada variável interfere nas questões de educação financeira e na percepção e comportamento de risco. Dessa forma têm-se as variáveis:

- **Idade:** a idade é uma variável que possui relação tanto com a percepção, como com o comportamento de risco, porém inversamente. Para a percepção de risco, a idade possui uma relação positiva, já para o comportamento de risco, possui uma relação negativa, ou seja, os indivíduos com mais idade possuem uma maior percepção de risco e se engajam menos nos comportamentos arriscados (VIEIRA et al., 2013). De acordo com o estudo, os pesquisados com até 23 anos se mostraram mais propensos a se envolverem em comportamento arriscados e os mais velhos têm um comportamento mais conservador. Não foi pesquisada a variável idade no trabalho de Flores, Campara e Vieira (2012).

- **Gênero:** de acordo com o estudo de Flores, Campara e Vieira (2012), não existe diferença na Educação Financeira de acordo com o gênero. Já com relação ao gênero e a percepção de risco, Vieira et al. (2013), encontrou-se diferenças significativas entre os indivíduos que trabalham fora do setor público, sendo as mulheres dotadas de uma maior percepção de risco se comparada aos homens. Já no que diz respeito ao comportamento de risco, as autoras constaram que as diferenças significativas ocorreram entre os servidores públicos, sendo as mulheres servidoras públicas menos propensas aos comportamentos arriscados do que os homens.

- **Estado Civil:** o estado civil é uma variável que interfere nos três pontos estudados por este trabalho. De acordo com Flores, Campara e Vieira (2012), os indivíduos casados possuem uma maior educação financeira se comparados aos solteiros, sendo que tal diferença pode-se ocorrer pelo fato do matrimônio propiciar aos indivíduos uma maior preocupação com as finanças, a fim de possuírem uma maior estabilidade. Já, no que diz respeito à percepção de risco, o trabalho de Vieira et al. (2013) apresenta que com relação aos

respondentes que são funcionários públicos, os casados são os que possuem uma maior percepção de risco. Sobre os outros trabalhadores, os viúvos são os que mais percebem o risco.

Com relação ao comportamento de risco, os casados possuem os comportamentos mais conservadores, ou seja, possuem menor predisposição para se engajarem em comportamentos arriscados. Ainda segundo as autoras, a maior percepção de risco e o comportamento mais conservador podem estar associados à responsabilidade que estes indivíduos possuem com a família, a fim de evitar comprometer a saúde financeira familiar.

- Filhos/dependentes: em relação aos respondentes que possuem filhos e/ou dependentes, a pesquisa de Vieira et al. (2013) concluiu que os respondentes que os possuem são os que percebem um maior risco e que estes também possuem um perfil mais conservador, evitando comportamentos arriscados. O trabalho de Flores, Campara e Vieira (2012) não pesquisou a significância da variável filhos e/ou dependentes na educação financeira.

- Renda: a faixa de renda também é uma variável que possui relação com os três temas pesquisados por este trabalho. Flores, Campara e Vieira (2012), identificaram que os indivíduos que possuem renda entre 3 e 12 salários mínimos obtêm os maiores níveis de educação financeira. E de acordo com Vieira et al. (2013), a renda também possui relação com a percepção e comportamento de risco. Com a percepção de risco, possui uma relação positiva, mostrando que indivíduos que possuem renda mais elevada apresentam uma percepção de risco também mais elevada. Já com o comportamento de risco, possui uma relação negativa, onde os indivíduos com menores faixas de renda possuem uma maior probabilidade de desenvolverem comportamentos arriscados.

- Educação/escolaridade: a variável escolaridade influencia os três quesitos abordados neste trabalho. Flores, Campara e Vieira (2012), constataram que quanto maior o nível de escolaridade, maior a educação financeira. Já Vieira et al. (2013) verificaram que quanto maior a escolaridade, maior é a percepção de risco e menor é a chance deste indivíduo se engajar em comportamentos arriscados. Os autores destacam ainda que a escolaridade é a variável que mais influencia os níveis de tolerância ao risco.

- Ocupação: de acordo com a ocupação (funcionários públicos e trabalhadores do setor privado), tem-se o estudo de Vieira et al. (2013), onde foi constatado que os funcionários públicos percebem mais risco do que os outros trabalhadores. O trabalho de Flores, Campara e Vieira (2012) não analisou se a ocupação possui relação com a educação financeira.

A figura a seguir facilita a visualização destas variáveis e suas influências.

Figura 4: Resumo das variáveis sociodemográficas com os fatores estudados.

Variáveis	Relações	Autores
Idade	Ed. Financ.: - Não foi pesquisada a variável idade no trabalho de Flores, Campara e Vieira (2012).	Flores, Campara e Vieira (2012)
	Percep. Risco: - Os indivíduos com mais idade (acima de 48 anos) possuem uma maior percepção de risco.	Vieira et al. (2013)
	Comp. Risco: - Relação negativa com o comportamento de risco, quanto mais idade, menos os indivíduos se engajam em comportamentos arriscados.	Vieira et al. (2013)
Gênero	Ed. Financ.: - Não existe diferença na educação financeira de acordo com o gênero.	Flores, Campara e Vieira (2012)
	Percep. Risco: -Fora do setor público, as mulheres possuem uma maior percepção de risco se comparada aos homens.	Vieira et al. (2013)
	Comp. Risco: - Servidores públicos do sexo feminino são menos propensas aos comportamentos arriscados do que os do sexo masculino.	Vieira et al. (2013)
Estado Civil	Ed. Financ.: - Os casados possuem uma maior educação financeira se comparados aos solteiros	Flores, Campara e Vieira (2012)
	Percep. Risco: - Com relação aos funcionários públicos, os casados são os que possuem uma maior percepção de Risco. - Já com relação aos outros trabalhadores, os viúvos são os que mais percebem o risco.	Vieira et al. (2013)
	Comp. Risco: - Pessoas casadas possuem comportamentos mais conservadores.	Vieira et al. (2013)
Filhos e/ou Dependentes	Ed. Financ.: -O trabalho de Flores, Campara e Vieira não pesquisou a significância da variável filhos e/ou dependentes na educação financeira.	Flores, Campara e Vieira (2012)
	Percep. Risco: - Os respondentes que os possuem são os que percebem um maior risco.	Vieira et al. (2013)
	Comp. Risco: -Indivíduos com filhos e/ou dependentespossuem um perfil mais conservador, evitando comportamentos arriscados.	Vieira et al. (2013)
Renda	Ed. Financ.: - Indivíduos que possuem renda entre 3 e 12 salários mínimos obtêm os maiores níveis de educação financeira.	Flores, Campara e Vieira (2012)
	Percep. Risco: - Indivíduos que possuem renda mais elevada apresentam uma percepção de risco também mais elevada.	Vieira et al. (2013)
	Comp. Risco: - Indivíduos que possuem renda mais elevada apresentam uma percepção de risco também mais elevada.	Vieira et al. (2013)
Escolaridade	Ed. Financ.: - Quanto maior o nível de escolaridade, maior a educação financeira.	Flores, Campara e Vieira (2012)
	Percep. Risco: - Quanto maior o nível de educação, maior é a percepção de risco	Vieira et al. (2013)
	Comp. Risco: - Relação negativa com o comportamento de risco, quanto menor o nível de educação, mais chances existem de os indivíduos se comportarem de forma arriscada. - A escolaridade é a variável que mais influencia os níveis de tolerância ao risco.	Vieira et al. (2013)
Ocupação	Ed. Financ.: - O trabalho de Flores, Campara e Vieira (2012) não analisou se a ocupação possui relação com a educação financeira.	Flores, Campara e Vieira (2012)
	Percep. Risco: - Funcionários públicos percebem mais risco do que outros trabalhadores.	Vieira et al. (2013)
	Comp. Risco: - Não possui influência.	Vieira et al. (2013)

Fonte: Elaborado pela autora.

Após explicar as influências das variáveis sociodemográficas nos fatores estudados, parte-se para a metodologia utilizada pela pesquisa, descrita no capítulo 3.

3 MÉTODO

Entende-se por método científico o conjunto ordenado e racional de atividades, que auxiliam as decisões, traçam o caminho a ser percorrido e detectam erros dos cientistas, permitindo chegar ao objetivo proposto com uma maior confiança e economia (MARCONI e LAKATOS, 2009)

Conforme Marconi e Lakatos (2009) não existe ciência sem a utilização de métodos científicos. Os métodos científicos não são apenas utilizados pelas ciências, porém todas as ciências caracterizam-se por sua utilização.

Assim, este capítulo é de suma importância para o desenvolvimento deste trabalho, pois nele é tratado: o tipo de pesquisa; a justificativa do método escolhido; a técnica utilizada para a coleta de dados; o universo da pesquisa e amostragem; como se deu a coleta de dados e; a técnica utilizada para a análise dos mesmos.

3.1 TIPO DE PESQUISA

De acordo com Leal e Souza (2006, p.14) “pesquisa é um conjunto de ações propostas para encontrar a solução para um problema, e têm por base procedimentos racionais e sistemáticos”.

A classificação das pesquisas pode ocorrer de diversas formas. No entanto, é preciso estabelecer previamente o critério utilizado para que a classificação seja coerente. Deste modo, podem-se definir diversos sistemas para a classificação e estabelecê-las de acordo com a área do conhecimento, a finalidade, o nível de explicação e, os métodos adotados (GIL, 2010).

Segundo Gil (2010) em relação aos propósitos, ou objetivos mais gerais, pode-se classificar as pesquisas em **exploratórias, descritivas ou explicativas**. Este trabalho classifica-se como exploratório e descritivo. Onde “as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2010, p. 27). Sendo assim, como já explanado anteriormente, existem estudos no país que tratam do tema educação financeira, assim como

possui trabalhos em várias áreas que tratam sobre risco, porém não foi encontrado nenhum trabalho no Brasil que trate concomitantemente sobre os dois temas. Dessa forma, esta pesquisa classifica-se como exploratória devido à junção dos temas estar crescendo atualmente no país.

Quanto às pesquisas descritivas, conforme Gil (2010, p.27) elas “têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”. Tendo em vista essa definição, o presente trabalho também se caracteriza como descritivo, pois pretende descrever as características dos estudantes universitários, assim como tenta identificar possíveis relações entre as variáveis educação financeira, percepção de risco e comportamento de risco.

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa de abordagem quantitativa. A pesquisa quantitativa segundo Leal e Souza (2006) considera que todas as informações e opiniões obtidas podem ser quantificadas, ou seja, transformadas em números, para depois serem classificadas e analisadas. Ainda de acordo com Leal e Souza (2006, p.16) “esta metodologia permite mensurar opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes, etc.”. Dessa forma, escolheu-se a abordagem quantitativa, pois, este estudo pretende saber em números, o nível de educação financeira dos estudantes, as percepções e atitudes que eles possuem frente ao risco, assim como identificar se existe relação entre os fatores, como se dá essa relação e, se existe diferença de média nos fatores de acordo com as características sociodemográficas.

3.2 MÉTODO ESCOLHIDO

O método utilizado foi o *survey*, que consiste em uma coleta de dados primários. Segundo Gil (2008, p. 74) “as pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. Essencialmente, solicita-se informações a um grupo considerável de indivíduos sobre o problema analisado, para alcançar as considerações finais adequadas através de análise quantitativa das informações coletadas.

3.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

A técnica de coleta de dados que foi utilizada por esta pesquisa foi o questionário. Pelo fato de ser uma pesquisa quantitativa e a amostra ser relativamente grande, este instrumento se mostrou como o mais adequado.

Questionário pode ser definido como a técnica de coleta de dados constituída por diversas questões de forma ordenada, que deverão ser respondidas por escrito pelos pesquisados, com a finalidade de obter informações (GIL, 2008, 2010; MARCONI e LAKATOS, 2009).

Segundo Gil (2008; 2010) para a formulação do questionário deve-se traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas e bem redigidas, afim de que estas respostas possam fornecer informações que serão utilizadas para a descrição e compreensão das características do universo pesquisado.

O questionário do presente estudo foi dividido em três seções: a primeira parte abordou questões que avaliam a educação financeira, a segunda parte abordou questões que medem a percepção e o comportamento de risco, e a terceira parte abordou as características sociodemográficas dos pesquisados. O questionário utilizado pode ser encontrado no apêndice A ao final deste trabalho.

Figura 5: Síntese da construção do instrumento de coleta de dados.

Seção	Tema	Variáveis	Referências
1	Educação Financeira	Aquisição de conhecimento financeiro (Q1)	Lucci et al. (2006)
		Auto-avaliação de conhecimento financeiro (Q2)	Lucci et al. (2006)
		Educação Financeira Básica (Q03 a Q5)	Adaptadas de Rooij, Lusardi e Alessie (2011)
		Educação Financeira Avançada (Q6 a Q10)	Adaptadas de Rooij, Lusardi e Alessie (2011)
2	Percepção e Comportamento de Risco	Percepção de risco (Q11 a Q15)	Paulino (2009)
		Comportamento de Risco (Q16 a Q20)	Paulino (2009)
3	Características SocioDemográficas	Idade (Q21)	Elaborada pela autora
		Gênero (Q22)	Elaborada pela autora
		Estado Civil (Q23)	Elaborada pela autora
		Renda (Q24 a Q26)	Lucci et al. (2006)
		Dependentes (Q27)	Elaborada pela autora
		Escolaridade dos pais (Q28)	Elaborada pela autora
		Curso (Q29)	Elaborada pela autora
		Instituição de ensino (Q30)	Elaborada pela autora
Semestre (Q31)	Elaborada pela autora		

Fonte: Elaborada pela autora.

Para a validação do questionário foi feito um pré teste com uma turma de alunos da Universidade Federal do Pampa, onde 32 acadêmicos responderam a pesquisa. Assim, para melhor compreensão de determinadas questões, foram feitos alguns ajustes. Contudo, foram mantidas todas as questões e constatado que o instrumento atendia as necessidades e objetivos da pesquisa.

3.3.1 Universo da pesquisa e amostragem

O universo da pesquisa “é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum” (MARCONI e LAKATOS, 2009, p. 225). O universo é também conhecido por população. Uma população, segundo Hair Jr. et al. (2005, p. 237) “é o total de todos os elementos que compartilham algum conjunto comum de características”.

Dessa forma, pela dificuldade de se pesquisar um universo inteiro, foi pesquisada uma amostra. A amostra, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 163), “é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. De acordo com Gil (2008, p. 90), a amostra é um “subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”.

A amostragem desta pesquisa foi intencional. Gil (2008, p. 94) diz que a amostragem intencional “constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população”. Assim, a amostra intencional deste trabalho foi composta por 625 acadêmicos da cidade de Santana do Livramento. Sendo 401 da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), 132 da Universidade da Região da Campanha (URCAMP), 88 da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e mais 4 respondentes que não especificaram a universidade em que estudam.

3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

A técnica de análise dos dados foi de caráter quantitativo, considerando técnicas de estatística descritiva (média, mediana, desvio padrão, frequência, percentual) e testes de hipóteses (teste t e ANOVA).

A média e a mediana constituem-se duas medidas de tendência central. De acordo com Hair Jr. et al. (2005, p. 268), “as medidas de tendência central localizam o centro da distribuição, bem como outras informações úteis”. A média segundo os autores, “é a média aritmética e uma das medidas mais utilizadas de tendência central” (HAIR JR. et al., 2005, p. 268). Já a mediana “é o valor que está no centro da distribuição” (HAIR JR. et al., 2005, p. 270).

Para verificar a distribuição dos respondentes, considerou-se o desvio padrão, que “descreve a dispersão da variabilidade dos valores de distribuição da amostra a partir da média e é talvez o índice mais valioso da dispersão” (HAIR JR. et al., 2005, p. 273). Ainda segundo Hair Jr. et al. (2005, p. 273), “se o desvio padrão estimado é grande, as respostas na distribuição de números de uma amostra não ficam muito próximas da média da distribuição. Se o desvio padrão é pequeno, você sabe que os valores de distribuição estão próximos da média”. O desvio padrão também pode ser entendido como o nível de concordância entre os respondentes de uma determinada pesquisa ou como o erro padrão da média (HAIR JR. et al., 2005).

Além disso, para a análise do nível de conhecimento financeiro, foi elaborado um índice a partir da soma das respostas de dois conjuntos de questões adaptadas de um estudo de Rooij, Lusard e Alessie (2011). O primeiro grupo (definido como conhecimento básico) é composto por 3 questões que visam mensurar o entendimento dos acadêmicos sobre aspectos corriqueiros como taxa de juros, inflação e valor do dinheiro no tempo. O segundo conjunto (definido como conhecimento avançado), composto de 5 questões, buscou identificar o nível de conhecimento relacionados a instrumentos financeiros mais complexos como ações e títulos públicos, diversificação de investimentos e risco.

Sendo assim, o índice de conhecimento financeiro é obtido a partir da média da pontuação das questões de conhecimento básico e conhecimento avançado. Para cada uma das 3 questões de conhecimento básico foi atribuído peso 1,0 e para cada uma das questões de conhecimento avançado foi atribuído peso 2,0. Dessa forma, acertando todas as questões de

conhecimento básico, o estudante alcança a pontuação máxima de 1, enquanto que acertando todas as questões de conhecimento avançado o estudante atinge a pontuação máxima de 2. Deste modo, índice de conhecimento financeiro variou de 0 (pontuação obtida se o estudante errou todas as questões) a 3 (pontuação obtida se o estudante acertou todas as questões). A classificação do nível de conhecimento foi estabelecida seguindo o procedimento proposto por Chen e Volpe (1998), onde os respondentes foram classificados, de acordo com a pontuação obtida, como detentores de baixo nível de conhecimento financeiro (pontuação inferior a 60%), nível médio (entre 60% e 79% da) e alto nível de conhecimento financeiro (igual ou acima de 80% da pontuação máxima).

Para verificar a confiabilidade das escalas de percepção e comportamento de risco, foi utilizado o teste de confiabilidade de coerência interna *Alfa de Cronbach*. “Esse tipo de confiabilidade é usado para avaliar uma escala somada em que várias afirmações (itens) são somadas para formar um escore total para um construto” (HAIR JR. et al., 2005, p. 199). Ainda segundo Hair Jr. et al. (2005) o alfa varia de 0 a 1, sendo indicada a utilização acima de 0,6.

Com o intuito de analisar a relação das variáveis sociodemográficas e os fatores estudados (educação financeira e risco) foram realizados testes de hipóteses, que verificaram se existem diferenças entre a amostra. O teste t e a análise de variância (ANOVA) são ambos testes de diferenças em médias de grupos. Estes testes examinam “se as médias de dois grupos de respondentes quanto a alguma atitude ou comportamento são significativamente diferentes” (HAIR JR. et al., 2005, p. 296). Dessa forma o “o teste t avalia se as diferenças observadas entre as médias de duas amostras ocorreram por acaso ou se houve uma diferença verdadeira” (HAIR JR. et al., 2005, p. 297). E a análise de variância (ANOVA) “é usada para avaliar as diferenças estatísticas entre as médias de dois ou mais grupos” (HAIR JR. et al., 2005, p. 297).

E por último, para analisar a relação entre a educação financeira e o risco (percepção e comportamento) foi utilizada a correlação. De acordo com Hair Jr. et al. (2005), a correlação é uma técnica associativa que permite determinar se há uma relação coerente e sistemática entre duas ou mais variáveis. Ainda para Hair Jr. et al. (2005, p. 311), “as variáveis estão associadas quando exibem covariação. A covariação existe quando uma variável coerente e sistematicamente muda em relação a outra variável. O coeficiente de correlação é usado para avaliar essa associação”. De um modo geral, as orientações apontam

que para ser estatisticamente significativa, a probabilidade deve ser menor que 0,05. Após determinar se a relação é estatisticamente significativa, deve-se decidir sobre a força de associação. Algumas regras têm sido utilizadas, e Hair Jr. et al. (2005) as resume na Tabela 1, abaixo:

Tabela 1 – Regras práticas sobre o valor do coeficiente de variação.

Varição do coeficiente	Força de associação
0,91 – 1,00	Muito forte
0,71 – 0,90	Alta
0,41 – 0,70	Moderada
0,21 – 0,40	Pequena mas definida
0,01 – 0,20	Leve, quase imperceptível

Fonte: Hair Jr. et al. (2005, p. 312).

A correlação utilizada foi a correlação bivariada de Pearson, que “mensura a associação linear entre duas variáveis métricas” (HAIR JR. et al., 2005, p. 313). Ainda de acordo com Hair Jr. et al. (2005), o Coeficiente da Correlação de Pearson varia de -1,00 a +1,00, sendo que os valores negativos representam correlação negativa e os valores positivos representam correlação positiva.

Assim, após a explicação do método, parte-se, no capítulo seguinte, para a análise dos resultados e discussões.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo está dividido em cinco partes, sendo a primeira referente ao perfil dos respondentes, contendo questões como idade, gênero, estado civil, entre outros. A segunda parte refere-se às questões de educação financeira, a fim de expor onde os respondentes a adquiriram, como eles se sentem em relação à assuntos financeiros e o nível real dos seus conhecimentos. A terceira se refere às percepções e comportamentos de risco dos pesquisados. A quarta parte trata das variáveis sociodemográficas, identificando quais os grupos onde houve diferença de média de acordo com as variáveis estudadas. Por último, tem-se a análise da relação entre a educação financeira e os fatores percepção e comportamento de risco.

Para a coleta dos dados adotou-se a amostragem por conveniência, através da colaboração dos estudantes da UNIPAMPA, da URCAMP e da UERGS, ambos na cidade de Santana do Livramento, para responderem ao questionário de pesquisa. A coleta de dados ocorreu durante os meses de outubro e novembro de 2014, totalizando 625 questionários respondidos.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Ao analisar o perfil dos respondentes, pode-se perceber que a média de idade é 36 anos, sendo que os respondentes mais novos possuem 17 anos e o mais velho possui 59 anos. Os resultados sobre as demais características sócio-demográficas estão apresentados nas Tabelas 2 e 3, a seguir.

Tabela 2 – Estatística Descritiva das Características Sócio-demográficas

Variável	Alternativas	Frequência	Percentual
Gênero	Masculino	284	47,5
	Feminino	314	52,5
Estado Civil	Solteiro	421	70,4
	Casado/união estável	160	26,8
	Separado/divorciado	16	2,7
	Viúvo	1	0,2
Renda Familiar	Até R\$ 500,00	15	2,5
	R\$ 500,01 até R\$ 1.000,00	23	3,9
	R\$ 1.000,01 até R\$ 1.500,00	128	21,6
	R\$ 1.500,01 até R\$ 2.500,00	104	17,6
	R\$ 2500,01 até R\$ 4.000,00	185	31,3
	Acima de R\$ 4.000,00	137	23,1
Renda Pessoal	Até R\$ 500,00	174	29,6
	R\$ 500,01 até R\$ 1.000,00	115	19,6
	R\$ 1.000,01 até R\$ 1.500,00	160	27,3
	R\$ 1.500,01 até R\$ 2.500,00	63	10,7
	Acima de R\$ 2.500,00	75	12,8
Fonte de Renda	Emprego Formal	312	52,3
	Não trabalha	126	21,1
	Emprego Informal	59	9,9
	Outros	99	16,6
Filhos/dependentes	Não	456	76,5
	Sim	140	23,5
Quantidade filhos/dependentes	1	77	56,2
	2	38	27,7
	3 ou mais	22	16,1

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Com base na Tabela 2, pode-se perceber que a maioria dos pesquisados são do gênero feminino (52,5%) e são solteiros (70,4%). Considerando a renda, nota-se que a maior parte possui renda mensal líquida familiar de R\$ 2.500,01 até R\$ 4.000,00 (31,3%) ou acima de R\$ 4.000,00 (23,1%), renda mensal líquida pessoal de até R\$ 500,00 (29,6%) ou de R\$ 1.000,01 até R\$ 1.500,00 (27,3%) e possui emprego formal (52,3%). A maior parte não possui filhos nem dependentes (76,5%), porém, os que possuem (23,5%) têm em sua maioria um filho ou dependente (56,2%).

Na Tabela 3, a seguir, encontram-se os dados sobre a formação dos pesquisados e sobre a escolaridade dos pais.

Tabela 3 – Estatística Descritiva da escolaridade dos pais e da formação dos pesquisados.

Variável	Alternativas	Frequência	Percentual
Escolaridade Pais	Sem alfabetização	5	0,8
	Ensino Fundamental Incompleto	74	12,4
	Ensino Fundamental Completo	67	11,2
	Ensino Médio Incompleto	43	7,2
	Ensino Médio Completo	171	28,5
	Ensino Superior Incompleto	64	10,7
	Ensino Superior Completo	128	21,4
	Pós graduação Completo ou Incompleto	47	7,8
Curso	Administração	231	38,1
	Agronomia	44	7,3
	Ciências Econômicas	70	11,6
	Direito	60	10
	Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial	44	7,3
	Gestão Pública	60	10
	Letras	24	0,4
	Relações Internacionais	62	10,2
	Sistemas da Informação	11	1,8
Instituição	UERGS	88	14,2
	UNIPAMPA	401	64,6
	URCAMP	132	21,3
Semestre	1	48	8,1
	2	147	24,7
	3	27	4,5
	4	151	25,3
	5	46	7,7
	6	105	17,6
	7	12	2
	8	35	5,9
	10	25	4,2

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Tendo em vista a Tabela 3, no que se refere à escolaridade mais elevada dos pais, a maior parte (68,4%) dos respondes afirmaram que pelo menos um dos pais possui formação igual ou superior a ensino médio completo, sendo ensino médio completo (28,5%), ensino superior incompleto (10,7%), ensino superior completo (21,4%) e pós graduação completa ou incompleta (7,8%).

A maioria dos respondentes são alunos da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA – 64,6%). Em sua maior parte cursam Administração (38,1%), Ciências

Econômicas (11,6%) ou Relações Internacionais (10,2%) e estão principalmente no segundo (24,7%), quarto (25,3%) ou sexto (17,6%) semestre.

Após conhecer o perfil da amostra, que caracteriza o comportamento dos estudantes no âmbito das variáveis demográficas, buscou-se avaliar as questões que envolvem a educação financeira, um dos temas centrais deste trabalho.

4.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A primeira pergunta do questionário foi destinada a conhecer a origem da aquisição dos conhecimentos financeiros pelos universitários. Assim, foi solicitado a eles que escolhessem dentre as cinco alternativas citadas, por ordem decrescente de importância (1 – muito importante, 2- importância média-alta, 3- importância média, 4- pouca importância e 5- nenhuma importância), onde adquiriram a maior parte dos conhecimentos para gerir suas finanças. Os resultados encontrados estão disponíveis abaixo, na Tabela 4.

Tabela 4 - Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro?

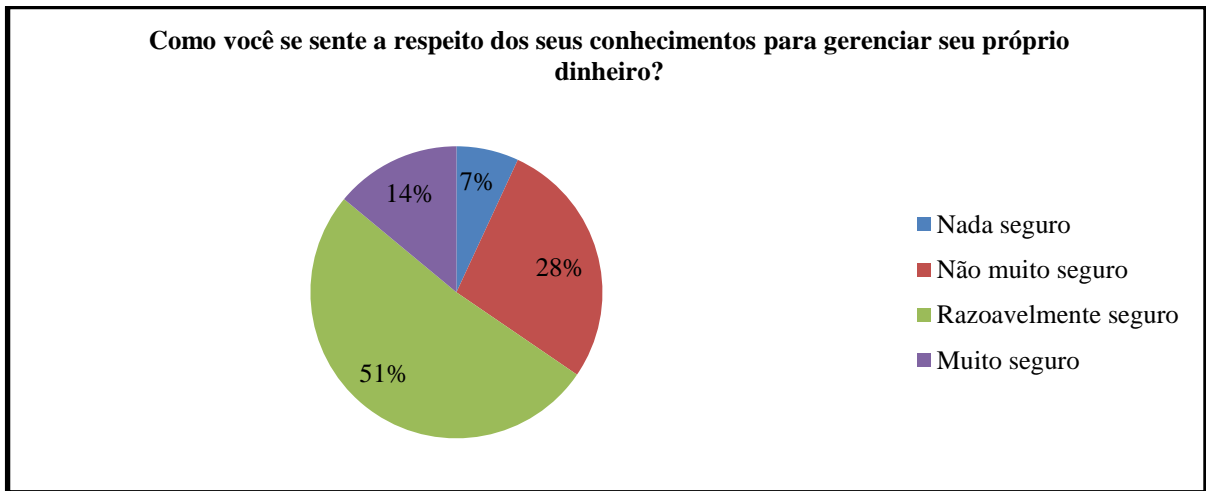
Questões	Em casa com a família		Em aulas na faculdade		De minha experiência prática		De conversas com amigos		De revistas, livros, TV e o rádio	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Muito importante	290	58,5	45	9,1	133	26,8	9	1,8	24	4,8
Importância média-alta	99	20	106	21,5	202	40,7	31	6,3	57	11,5
Importância média	59	11,9	161	32,6	91	18,3	106	21,4	77	15,6
Pouca importância	31	6,3	101	20,4	44	8,9	185	37,4	132	26,7
Nenhuma importância	17	3,4	81	16,4	26	5,2	164	33,1	205	41,4
Total	496	100	494	100	496	100	496	100	495	100

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Como se pode observar na Tabela 3, de um modo geral, a educação financeira vem primeiramente de casa com a família, em segundo lugar da experiência prática, em terceiro de aulas da faculdade, em quarto lugar está a conversa com amigos e em último lugar encontra-se a educação financeira advinda de revistas, livros, TV e rádio.

Com relação à percepção dos conhecimentos financeiros a maioria dos alunos se sente razoavelmente seguro (51%), afirmando que conhecem a maioria das coisas que precisam saber sobre o assunto. O resultado desta questão é evidenciado no Gráfico 1, abaixo.

Gráfico 1 – Sentimento quanto aos conhecimentos para gerenciar as finanças pessoais.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Após identificar o sentimento dos universitários quanto à segurança para gerenciar o próprio dinheiro, focou-se na avaliação do nível de conhecimento financeiro dos mesmos. Para tal finalidade, foi construído um índice a partir das respostas dos dois grupos de questões de múltipla escolha adaptadas do estudo de Rooij, Lusardi e Alessie (2011), conforme explicitado no método.

O primeiro grupo (conhecimento financeiro básico) é composto por 3 questões que visam medir os conhecimentos relacionados a taxa de juros, inflação e valor do dinheiro no tempo. A questão referente à inflação obteve um percentual de acerto mediano (72,1%) e as questões referentes ao valor do dinheiro no tempo e taxa de juros apresentaram um baixo percentual de acertos (46,4% e 46% respectivamente). A frequência de respostas corretas, incorretas e percentual de acertos das questões de conhecimento financeiro básico encontram-se na Tabela 5.

Tabela 5– Frequência de respostas corretas, incorretas e percentual de acertos das questões de conhecimento financeiro básico.

Fator	Variáveis	Resposta Correta	Resposta Incorreta	Percentual de acertos sobre o total de respostas
Conhecimento Financeiro Básico	Suponha que você tenha R\$ 100,00 em uma conta poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Depois de 5 anos, qual o valor que você terá na poupança?	286	336	46%
	Imagine que a taxa de juros incidente sobre sua conta poupança seja de 6% ao ano e a taxa de inflação seja de 10% ao ano. Após 1 ano, o quanto você será capaz de comprar com o dinheiro dessa conta?	446	173	72,1%
	Suponha que José herde R\$ 10.000,00 hoje e Pedro herde R\$ 10.000,00 daqui a 3 anos. Devido à herança, quem ficara mais rico?	288	333	46,4%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Sendo assim, pode-se perceber que dos temas abordados pelas questões de conhecimento básico, o que os estudantes possuem mais conhecimento é a inflação, corroborando com o estudo de Potrich, Vieira e Ceretta (2013), onde a questão mais acertada também foi sobre a inflação.

O segundo conjunto de questões (conhecimento financeiro avançado) buscou explorar alguns instrumentos financeiros mais complexos, como ações e títulos públicos, diversificação de investimentos e risco. A única questão com alto percentual de acerto (81,4%) foi a questão que aborda as oscilações dos ativos. Todas as outras questões de conhecimento financeiro avançado obtiveram um percentual de acerto considerado baixo (abaixo de 60%). A frequência de respostas corretas, incorretas e percentual de acertos das questões de conhecimento financeiro avançado pode ser visualizada na Tabela 6, abaixo.

Tabela 6– Frequência de respostas corretas, incorretas e percentual de acertos das questões de conhecimento financeiro avançado.

Fator	Variáveis	Resposta Correta	Resposta Incorreta	Percentual de acertos sobre o total de respostas
Conhecimento Financeiro Avançado	Qual das seguintes afirmações descreve a principal função do mercado de ações?	366	256	58,8%
	Considerando um longo período de tempo (ex. 10 anos), qual ativo, normalmente, oferece maior retorno?	179	443	28,8%
	Qual das seguintes afirmações está correta?	189	433	30,4%
	Normalmente, qual ativo representa as maiores oscilações ao longo do tempo?	506	116	81,4%
	Quando um investidor diversifica seu investimento entre diferentes ativos, o risco de perder dinheiro:	364	258	58,5%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Apesar de quatro das cinco questões de conhecimento financeiro avançado apresentarem baixo percentual de acertos, observando a Tabela 6, percebe-se as questões sobre retorno e fundo de investimentos obtiveram os percentuais mais baixos (28,8% e 30,4% respectivamente). Porém, este resultado não foi encontrado apenas nesta pesquisa, Potrich, Vieira e Ceretta (2013) também encontraram os percentuais mais baixos, de conhecimento financeiro avançado, para as questões de retorno e fundo de investimentos.

A partir da soma das médias de conhecimento financeiro básico e conhecimento financeiro avançado foi elaborado o índice de conhecimento financeiro, como explicitado no método. A média, mediana e desvio padrão do índice de conhecimento financeiro encontram-se na Tabela 7.

Tabela 7 - Estatística descritiva do conhecimento financeiro básico e avançado e do índice de conhecimento financeiro.

Fator	Média	Mediana	Desvio-Padrão
Conhecimento financeiro básico	0,5477	0,6667	0,31048
Conhecimento financeiro avançado	1,0315	1,2000	0,46898
Índice de conhecimento financeiro (básico +avançado)	1,5792	1,5333	0,62757

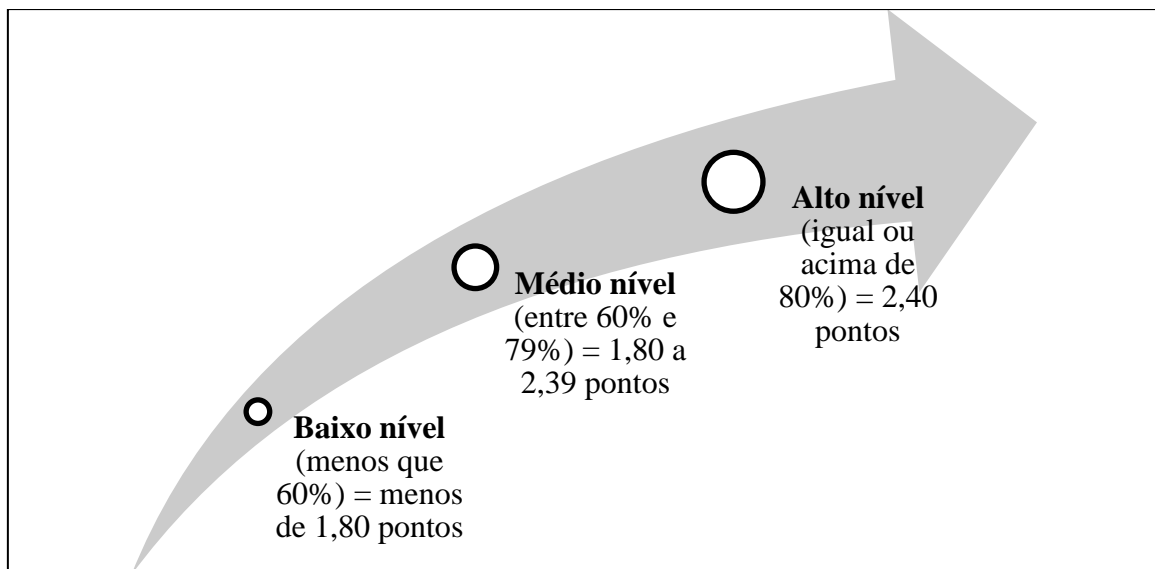
Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Apesar do índice de conhecimento financeiro encontrado ser consideravelmente baixo (pois poderia alcançar a média 3,0), ainda encontra-se maior que o estudo de Potrich,

Vieira e Ceretta (2013), onde foi utilizado o mesmo método de pesquisa e encontrada a média de 1,470.

Sobre a classificação do nível de conhecimento, o critério foi estabelecido seguindo o procedimento proposto por Chen e Volpe (1998), onde os respondentes que atingiram uma pontuação inferior a 60% da pontuação total foram classificados como detentores de baixo nível de conhecimento financeiro, os que atingiram entre 60% e 79% da pontuação total foram classificados como detentores de nível médio e os que alcançaram uma pontuação igual ou acima de 80% do máximo, detentores de alto nível de conhecimento financeiro. Como dito anteriormente, a pontuação máxima do índice de educação financeira é 3 pontos. Sendo assim, a pontuação foi dividida da seguinte forma:

Figura 6 - Classificação do nível de conhecimento de acordo Chen e Volpe (1998).



Fonte: Elaborada pela autora.

Os resultados encontrados estão expressos na Tabela 8.

Tabela 8 – Classificação do nível de educação financeira.

Nível da Educação Financeiro	Frequência dos respondentes	Porcentagem
Baixo	340	54,5%
Médio	227	36,4%
Alto	57	9,1%
Total	624	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Desta forma, com base na classificação proposta por Chen e Volpe (1998), os estudantes universitários pesquisados por este trabalho se encontram, em sua maioria, com baixo nível de educação financeira. O que se mostra preocupante, se levarmos em conta o nível de escolaridade dos pesquisados.

Porém, de acordo com Potrich, Vieira e Ceretta (2013, p. 10):

O baixo nível de conhecimento financeiro encontrado não é exclusividade dessa pesquisa. Nos últimos anos, diferentes pesquisadores vêm se preocupando em investigar o nível de conhecimento financeiro, tanto de estudantes universitários quanto da população em geral, e vem obtendo resultados bastante preocupantes, dado os níveis insatisfatórios de conhecimento, sejam em questões de gestão financeira pessoal ou em questões mais específicas, tais como crédito, empréstimo, poupança e investimento (DISNEY & GATHERGOOD, 2010; LUSARDI & MITCHELL, 2005; LUSARDI & TUFFANO, 2009; LUSARDI, MITCHELL & CURTO, 2010; MATTA, 2007; ROOIJ, LUSARDI & ALESSIE, 2011 apud POTRICH, VIEIRA E CERETTA, 2013, p. 10).

Depois do entendimento das questões sobre a educação financeira, parte-se para a análise da percepção e do comportamento de risco dos estudantes.

4.3 PERCEPÇÃO E COMPORTAMENTO DE RISCO

No que diz respeito ao risco, o questionário tinha como finalidade mensurar a percepção e o comportamento frente ao risco financeiro. Com este intuito, foram consideradas duas escalas: a primeira escala buscou mensurar a percepção e a segunda escala buscou mensurar o comportamento de risco.

Para a primeira escala, os respondentes deveriam apontar a percepção de risco em cada uma das variáveis, ponderando as alternativas apresentadas (1 = nenhum risco; 2 = pouco risco; 3 = risco moderado; 4 = muito risco e 5 = risco extremo). Os resultados encontram-se resumidos na Tabela 9, a seguir.

Tabela 9 – Estatística descritiva da escala de Percepção de Risco Financeiro

Variável	Média	Mediana	Desvio-padrão
Gastar grande quantidade de dinheiro em loterias	3,85	4,00	1,23
Ser avalista de alguém	3,84	4,00	1,10
Gastar dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências	4,52	5,00	0,83
Investir em um negócio que possui grandes chances de não dar certo	4,12	4,00	0,96
Emprestar para amigo/familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal	3,82	4,00	1,05

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Analisando a percepção de risco dos respondentes, de acordo com a Tabela 9, pode-se perceber que emprestar para amigo/familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal, é a variável que obteve a menor média (3,82), ou seja, é a opção que os pesquisados percebem menos risco. Porém, esta ainda se encontra mais próxima da alternativa *muito risco*.

Em contrapartida, gastar dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências (média 4,52, mediana 5 e desvio padrão 0,83) é a variável que alcançou a maior média e concentrou a maioria dos respondentes (67,5%) na alternativa *risco extremo*.

Na segunda escala, buscou-se verificar como os respondentes se comportam frente ao risco financeiro. Foram dadas as mesmas variáveis, porém pediu-se que marcassem a chance existente de se envolver em cada uma delas. Para isso, foram apontadas cinco alternativas (1 = muito improvável; 2 = improvável; 3 = incerto; 4 = provável; 5 = muito provável). Os resultados estão ilustrados na Tabela 10, abaixo.

Tabela 10 – Estatística descritiva da escala de Comportamento de Risco Financeiro

Variável	Média	Mediana	Desvio-padrão
Gastar grande quantidade de dinheiro em loterias	1,38	1,00	0,74
Ser avalista de alguém	2,04	2,00	1,01
Gastar dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências	2,18	2,00	1,21
Investir em um negócio que possui grandes chances de não dar certo	1,94	2,00	0,99
Emprestar para amigo/familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal	2,31	2,00	1,09

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Considerando o comportamento de risco financeiro, pode-se visualizar pela Tabela 10, que gastar grande quantidade de dinheiro em loterias obteve a menor média (1,38), o que

significa que é a variável com menor probabilidade de execução. É importante destacar também que é a variável com o menor desvio padrão (0,74), ou seja, o nível de concordância entre os pesquisados foi maior.

No que se refere à maior probabilidade de execução, está a ação de emprestar para amigo/familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal (média 2,31). Porém, apesar de ser a ação com maior probabilidade de execução, as respostas ainda se encontram mais próximas da alternativa *improvável*.

Assim, ao analisar de uma forma conjunta as duas escalas, é possível compreender que a variável percebida como menos ariscada (emprestar para amigo/familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal) é, portanto a que possui a maior chance de ser realizada, demonstrando coerência dos respondentes com a pesquisa.

Prosseguindo na análise da percepção e comportamento de risco, buscou-se avaliar a confiabilidade interna das escalas a partir do coeficiente Alfa de Cronbach. De acordo com Hair et al. (2005) são indicados valores acima de 0,6 para esta medida. Com base nisso, testou-se as duas escalas, constatando-se que a percepção de risco apresenta um Alfa de Cronbach de 0,73, mantendo as cinco questões originais. Para a escala de comportamento de risco obteve-se um coeficiente de 0,62, também com as questões originais.

Com base nas confiabilidades encontradas, as variáveis das escalas foram transformadas em fatores, a partir da média dos resultados. Assim, por exemplo, para cada respondente foi calculado o fator percepção do risco financeiro a partir da média das respostas atribuídas às questões 11, 12, 13, 14 e 15, que formam esse fator. O mesmo procedimento foi adotado para o comportamento frente ao risco financeiro. As médias dos fatores estão expostas na Tabela 11.

Tabela 11 – Fator percepção de risco e fator comportamento de risco.

Fator	Média
Percepção de Risco	4,03
Comportamento de Risco	1,97

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Como é possível perceber visualizando a média dos fatores, os estudantes pesquisados apresentam alta percepção de risco, sendo que a média do fator encontra-se

bastante próxima da alternativa *muito risco* e um comportamento de risco mais conservador, onde a média do fator localiza-se junta a alternativa *improvável*.

Compreendido os tópicos anteriores, agregam-se a eles as variáveis sociodemográficas. Sendo assim, a seguir serão discutidas as diferenças encontradas nas médias dos grupos de acordo com as variáveis e os fatores estudados.

4.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA, RISCO E VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS

Para compreender se há diferença de média entre as variáveis sociodemográficas na educação financeira (índice) e no risco (percepção e comportamento), foi utilizado o teste t para amostras independentes (considerando variáveis com até dois grupos) e a análise de variância - ANOVA (variáveis com mais de dois grupos).

As variáveis analisadas pelo teste t foram três: a idade, o gênero e a existência de filhos e/ou dependentes. No teste de variância – ANOVA foram testadas oito variáveis: estado civil, renda mensal líquida familiar, renda mensal líquida pessoal, fonte principal de renda, maior grau de escolaridade dos pais, instituição de ensino, curso e semestre cursado pelos acadêmicos.

Para realizar o teste da idade, a variável original (que era uma questão aberta) foi classificada em dois grupos conforme a média de idade (36 anos). Sendo assim, os indivíduos mais novos (até 36 anos) formaram o grupo 1 e os indivíduos mais velhos (acima de 36 anos) o grupo 2.

Observando-se o teste t, verificou-se em um primeiro momento o comportamento da variância, resultado exposto pelo teste f. Após analisar a significância de f é possível avaliar os resultados de t para variâncias homogêneas ou heterogêneas.

Sendo assim, para o fator educação financeira, constatou-se que a variância é homogênea para as três variáveis estudadas: idade (sig. f = 0,216), gênero (sig. f = 0,430) e existência de filhos/dependentes (sig. f = 0,933). Para o fator percepção de risco, a variável idade (sig. f = 0,217) e a variável filhos/dependentes (sig. f = 0,968) demonstraram possuir variância homogênea, enquanto que gênero (sig. f = 0,006) possui variância heterogênea.

E para o fator comportamento de risco, encontrou-se que a idade (sig. f = 0,269) e o gênero (sig. f = 0,384) possuem variância homogênea e apenas a variável filhos/dependentes

(sig. $f = 0,045$), possui variância heterogênea. Neste caso, observou-se os resultados do teste t para os comportamentos citados acima. Os resultados do teste t estão disponibilizados na Tabela 12, seguidos das respectivas análises.

Tabela 12 – Teste t para amostras independentes.

Fator	Variável	Classificação	Média	Teste t	
				Valor	Significância
Educação Financeira	Idade	Até 36 anos	1,54	-3,611	0,000
		Acima de 36 anos	1,81		
	Gênero	Masculino	1,78	7,605	0,000
		Feminino	1,41		
	Filhos/dependentes	Não	1,53	-3,789	0,000
		Sim	1,76		
Percepção de Risco	Idade	Até 36 anos	4,02	-1,498	0,135
		Acima de 36 anos	4,15		
	Gênero	Masculino	4,07	1,422	0,156
		Feminino	3,99		
	Filhos/dependentes	Não	3,99	-2,156	0,032
		Sim	4,15		
Comportamento de Risco	Idade	Até 36 anos	2,00	2,131	0,034
		Acima de 36 anos	1,83		
	Gênero	Masculino	1,96	-0,541	0,589
		Feminino	1,99		
	Filhos/dependentes	Não	2,02	3,232	0,001
		Sim	1,84		

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Analisando a Tabela 12, pode-se perceber que no fator educação financeira, houve diferença significativa entre médias para as três variáveis pesquisadas (ambas com sig. de 0,000). Sendo que os estudantes com mais de 36 anos obtiveram uma média maior (1,81) do que os com até 36 anos (1,54), assim como o gênero masculino alcançou uma média mais alta (1,78) que o gênero feminino (1,41) e os pesquisados que possuem filhos e/ou dependentes também conseguiram uma média maior (1,76) do que os que não possuem (1,53).

No fator percepção de risco apenas a variável filhos/dependentes obteve médias significativamente diferentes. Já com relação ao comportamento de risco a variável

filhos/dependentes, assim com a variável idade obtiveram médias significativamente diferentes. Sendo que os pesquisados que possuem filhos e/ou dependentes alcançaram uma média maior para a percepção de risco e menor para o comportamento de risco. E os com idade acima de 36 anos alcançaram uma média menor (1,83) para o comportamento de risco do que os com até 36 anos (2,00).

Após a análise do teste t, passou-se para os resultados encontrados pelo teste de variância - ANOVA. Primeiramente, foi abordado o fator Educação Financeira e os resultados estão dispostos na Tabela 13.

Tabela 13 – Teste de análise de variância (ANOVA) para o fator Educação Financeira.

Fator	Variável	Teste ANOVA	
		Valor	Significância
Educação Financeira	Estado civil	1,343	0,136
	Renda mensal líquida familiar	1,277	0,179
	Renda mensal líquida pessoal	1,854	0,011
	Fonte principal de renda	1,075	0,370
	Maior grau de escolaridade dos pais	1,619	0,037
	Instituição de ensino	1,262	0,284
	Curso	1,008	0,429
	Semestre	1,110	0,331

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

A partir da análise de variância, constatou-se que não há diferença significativa na educação financeira de acordo com o estado civil, renda mensal líquida familiar, fonte de renda, instituição de ensino, curso e semestre dos pesquisados. Porém, obtiveram diferenças significativas entre as médias a variável renda mensal líquida pessoal (0,011) e o grau de escolaridade dos pais (0,037).

As diferenças encontradas de acordo com a renda mensal líquida pessoal, pode estar relacionada com os resultados encontrados no estudo de Flores, Campara e Vieira (2012), onde os indivíduos com maior renda apresentaram um maior nível de educação financeira. No entanto, ressalta-se que no presente estudo investigou-se somente se existia ou não diferença de médias nos grupos, não sendo possível apresentar os grupos com maior ou menor educação financeira, como foi feito no trabalho das autoras mencionadas.

No que diz respeito às diferenças entre médias encontrada de acordo com a escolaridade dos pais, neste estudo elas podem estar relacionadas com o resultado encontrado com a primeira pergunta do questionário, que identificou que o conhecimento que os estudantes possuem para gerir suas finanças vem em maior parte de casa, obtido com a família.

Depois de analisada a educação financeira, partiu-se para a análise de variância dos fatores percepção e comportamento de risco. As mesmas variáveis testadas no construto anterior foram utilizadas, sendo que somente o estado civil e o curso dos pesquisados demonstraram diferença significativa. Os resultados estão na Tabela 14.

Tabela 14 – Teste de análise de variância (ANOVA) para os fatores Percepção e Comportamento de Risco.

Variável	Percepção de Risco		Comportamento de Risco	
	Valor	Significância	Valor	Significância
Estado civil	1,748	0,014	1,098	0,349
Renda mensal líquida familiar	0,938	0,552	1,112	0,332
Renda mensal líquida pessoal	1,346	0,123	1,046	0,405
Fonte principal de renda	0,436	0,993	1,015	0,442
Maior grau de escolaridade dos pais	0,980	0,493	0,794	0,723
Instituição de ensino	0,820	0,441	2,601	0,075
Curso	0,692	0,698	2,143	0,030
Semestre	0,913	0,587	0,727	0,799

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Para a primeira das variáveis pesquisadas, o estado civil, notou-se diferença significativa apenas com relação à percepção de risco. No entanto, apesar de haver diferenças significativas das médias para a percepção de risco, o mesmo não foi encontrado para o comportamento de risco. Ou seja, apesar de perceberem o risco de maneira diferente, o comportamento frente ao risco não muda significativamente.

Com relação ao comportamento de risco, a única variável que demonstrou diferença significativa entre as médias foi o curso. Ocorrendo situação contrária ao que houve no estado civil, o curso obteve diferença para o comportamento de risco, mesmo que a percepção de risco entre os pesquisados não tenha alcançado médias significativamente diferentes.

4.5 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, PERCEPÇÃO E COMPORTAMENTO DE RISCO

A fim de analisar qual a relação existente entre a educação financeira e os fatores percepção e comportamento de risco, utilizou-se a correlação. Os resultados encontrados estão expressos na Tabela 15.

Tabela 15 – Correlação de Pearson entre a Educação Financeira e os fatores Percepção e Comportamento de Risco.

CORRELAÇÃO	PERCEPÇÃO DE RISCO	COMPORTAMENTO DE RISCO
Correlação de Pearson	0,138*	-0,171
Sig. (bicaudal)	0,001	0,000*

*A correlação é significativa ao nível 0,01
Fonte: Resultados da pesquisa.

De acordo com os resultados da Tabela 15, é possível perceber que a correlação entre a educação financeira e o fator percepção de risco é significativa (0,001) e positiva (0,138), ou seja, quanto mais alto o nível de educação financeira dos estudantes, maior também é a percepção de risco financeiro. Porém, de acordo com Hair Jr. et al. (2005), a força da correlação encontrada é leve, quase imperceptível.

Com relação ao comportamento de risco, os resultados se mostraram um pouco diferentes. Na correlação entre a educação financeira e o comportamento de risco também é possível perceber que a correlação é significativa (0,000). Porém, neste caso a correlação se dá de forma negativa (-0,171), ou seja, quanto mais alto o nível de educação financeira dos estudantes, menor as chances deles desenvolverem comportamentos arriscados. A força da correlação neste caso também é leve (HAIR JR. et al., 2005).

Com isso, terminam-se as análises dos dados e salienta-se que os objetivos foram todos cumpridos. Partindo-se assim para as considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo identificar o nível de educação financeira e a percepção e comportamento de risco em estudantes universitários na cidade de Santana do Livramento. Ademais, buscou identificar como as variáveis sociodemográficas relacionam-se com a educação financeira e com o risco (percepção e comportamento) e também, analisar se existe e qual a relação entre a educação financeira e a percepção e comportamento de risco. Para isso considerou-se 625 respondentes, os quais foram selecionados intencionalmente.

Primeiramente procurou-se analisar o perfil dos respondentes, neste sentido percebe-se que a média de idade dos mesmos é de 36 anos, a maioria pertence ao gênero feminino (52,5%), são solteiros (70,4%), possuem renda mensal líquida familiar de R\$ 2.500,00 até R\$ 4.000,00 (31,3%), e renda mensal líquida pessoal de até R\$ 500,00 (29,6%). Possuem emprego formal (52,3%), não têm filhos e/ou dependentes (76,5%), mas os que possuem em sua maioria têm 1 filho e/ou dependente (56,2%). Sobre a escolaridade, como todos os pesquisados são universitários, decidiu-se por indagar a escolaridade mais alta dos pais, o resultado encontrado foi que a maioria deles possui ensino médio completo (28,5%). A maior parte dos pesquisados cursam administração (38,1%), estudam na UNIPAMPA (64,6%) e encontram-se no quarto semestre (25,3%).

Quanto à educação financeira, constatou-se que os respondentes apresentam dificuldades na compreensão de diversos conceitos e produtos financeiros. O resultado encontrado é preocupante, pois de um modo geral por serem universitários e possuírem certo grau de instrução, a média encontrada (1,5792) para o índice financeiro é muito baixa. Sendo que os estudantes não possuem um completo domínio nem de questões básicas, tais como taxa de juros e valor do dinheiro no tempo, que são necessárias para a realização de transações financeiras cotidianas e conseqüentemente para uma boa gestão das finanças pessoais.

No que se refere aos conhecimentos relacionados a instrumentos financeiros mais complexos, os estudantes se mostraram mais entendidos sobre peculiaridades do mercado acionário, como o nível de oscilação da rentabilidade das ações ao longo do tempo, a principal função do mercado acionário e a diversificação de investimentos em ativos. De um modo geral, o índice de conhecimento financeiro dos estudantes se mostrou baixo, sendo que 54,5%

se encontram com baixo nível de educação financeira, 36,4% com nível mediano e apenas 9,1% com alto nível.

Para as escalas de percepção e comportamento de risco testou-se o *Alfa de Cronbach* e os resultados foram satisfatórios. Dessa forma, foram analisados os testes descritivos e foi possível perceber que de um modo geral os pesquisados detêm uma elevada percepção de risco e possuem um comportamento mais conservador, evitando comportamentos ariscados.

Os testes de diferença em média de grupos (teste t e teste ANOVA), demonstraram para a educação financeira, a ocorrência de diferenças significativas de acordo com a idade, o gênero, a renda mensal líquida pessoal, se os pesquisados possuem filhos e/ou dependentes e de acordo com a escolaridade dos pais. Para a percepção de risco, obteve-se diferenças significativas apenas para o estado civil e para os pesquisados que possuem filhos e/ou dependentes. Com relação ao comportamento de risco, houve diferenças significativas de acordo com a idade, a existência de filhos e/ou dependentes e de acordo com o curso em que os estudantes estão matriculados.

Por último, buscou-se analisar a relação entre a educação financeira e a percepção e comportamento de risco. Os resultados encontrados dizem que as duas relações são significativas e que possuem uma força de correlação leve. A relação estabelecida entre a educação financeira e a percepção de risco é positiva, ou seja, na medida em que sobe o nível de educação financeira dos estudantes, sobe também a percepção de risco financeiro. No entanto, a relação estabelecida entre a educação financeira e o comportamento de risco é negativa, ocorrendo o contrário, sendo que quando uma variável cresce a outra diminui.

Deste modo, os resultados encontrados pelo trabalho cumpriram com os objetivos propostos. Entretanto, apesar da maioria dos respondentes se declararem razoavelmente seguros quanto aos conhecimentos para gerenciar o seu dinheiro, a educação financeira encontrada ficou aquém da esperada, tanto pela escolaridade dos mesmos, como pelo fato de existirem em alguns dos cursos pesquisados, disciplinas relacionadas a finanças.

Quanto às limitações do estudo, a principal delas se refere às características sociodemográficas, onde pesquisou-se apenas a existência de diferenças entre as médias dos grupos nos fatores, não identificando os grupos que possuem a maior ou a menor média. Outra limitação encontra-se na amostra, que foi não probabilística, o que não permite a generalização dos resultados.

Neste contexto, sugere-se que estudos futuros relacionados ao tema, investiguem além das diferenças entre médias dos grupos, pesquisando também os grupos que obtêm as maiores e menores médias nos fatores. Além disso, recomenda-se estudos com amostras probabilísticas, podendo ser feito também em outras localidades.

REFERÊNCIAS

AMADEU, J. R. **A Educação Financeira e suas influências nas decisões de Consumo e Investimento**: Proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2009.

BERNSTEIN, P. L. **Desafio aos Deuses: A Fascinante História do Risco**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BORGES, P. R. S. **A influência da educação financeira pessoal nas decisões econômicas dos indivíduos**. In: VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica (EPCT), 2013. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/04-Pborgestrabalhocompleto.pdf> Acesso em: 03 jun. 2014.

CASAROTTO FILHO, N.; KOPITTKE, B. H. **Análise de Investimentos**. 11. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

FLORES, S. A. M.; CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M. **Propensão ao Endividamento no Município de Santa Maria (RS)**: Análise da Influência da Educação Financeira e de Variáveis Demográficas. In: XV Seminários de Administração (SEMEAD). 2012. ISSN 2177-3866. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/15semead/resultado/trabalhosPDF/507.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 3. ed. São Paulo: HARBRA Ltda., 1987.

_____. **Princípios de Administração Financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

HAIR JR., J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LEAL, A. E. M.; SOUZA, C. E. G. **Construindo o conhecimento pela pesquisa:** orientação básica para elaboração de trabalhos científicos. Santa Maria: Sociedade Vicente Pallotti, 2006.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; DOS SANTOS, S. C. **A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos.** In: IX Seminários de Administração (SEMEAD), 266. 2006. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf>. Acesso em: 03 Jun. 2014.

MACEDO JR, J. S.; KOLINSKY, R.; MORAIS, J. C. J. **Finanças Comportamentais:** como o desejo, o poder, o dinheiro e as pessoas influenciam nossas decisões. São Paulo: Atlas S.A., 2011.

MACEDO JR., J. S. **Teoria do Prospecto:** uma investigação utilizando simulação de investimentos. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003.

_____. **Fundamento de Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

MATTA, R. O. B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal:** o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MICHAELIS. **Dicionário de Português Online.** Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

MÍNI AURÉLIO. **O Dicionário de Língua Portuguesa.** 6º ed. Curitiba: Positivo, 2005.

MUNDIN-MASINI, A. A. **Fatores de personalidade e percepção de risco podem prever o comportamento de risco?** Um estudo com universitários. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

PARABONI, A. L.; CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M.; KUNKEL, F. R. **Alfabetização Financeira dos Estudantes Universitários:** construção de um indicador e a influência das

variáveis demográficas e socioeconômicas. In: XXIV Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ENANGRAD). Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.enangrad.org.br/anais2013/_resources/artigos/fin/01.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2014.

PAULINO, J. A. **Relação entre percepção e comportamento de risco e níveis de habilidades cognitivas em um grupo de adolescentes em situação de vulnerabilidade social.** Dissertação (mestrado em psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

PLANO DIRETOR ENEF Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educao_Financeira_ENEF.pdf>. Acesso em 06 Ago. 2014, 20:45:00.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S. **Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante?** **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM).** Faculdade Cenecista de Campo Largo, Campo Largo, v. 12, n. 3, p. 314-333, 2013.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. **Paradigmas da Educação Financeira no Brasil.** Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública 41(6):1121-41, NOV./DEZ., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n6/06.pdf>>. Acesso em: 03 Jun. 2014.

VIEIRA, K. M.; FLORES, S. A. M.; POTRICH, A. C. G.; CAMPARA, J. P.; PARABONI, A. L. **Percepção e Comportamento de Risco Financeiro: análise da influência da ocupação e demais variáveis sóciodemográficas.** **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade.** ISSN 2238-5320, UNEB, Salvador, v. 3, n. 3, p. 130-147, set./dez., 2013.

WISNIEWSKI, M. L. **G.A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA GESTÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS: UMA ÊNFASE NA POPULARIZAÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO.** Curitiba: Revista Intersaberes, a.6, n.12, p. 155-172.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Prezado(a) Senhor(a),

Você está sendo convidado(a) a responder as perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder ao questionário, é muito importante você compreender as informações e instruções contidas neste documento.

Este questionário relaciona-se com o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Vanessa de Oliveira Soares, desenvolvido através do Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, sob orientação da professora Silvia Flores. O objetivo deste estudo consiste em descobrir o nível de educação financeira e a percepção e comportamento de risco dos universitários.

É importante ressaltar que o preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você. Além disso, as informações obtidas pelo questionário serão utilizadas exclusivamente para uso da produção acadêmica e eventuais publicações científicas originárias deste estudo.

Pesquisador: Vanessa de Oliveira Soares

Contato: vanessasoares.uba@hotmail.com ou (55) 8154-9941

PARTE 1 - EDUCAÇÃO FINANCEIRA

1. Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro? Preencha as lacunas por ordem decrescente de importância (1 – muito importante, 2- importância média-alta, 3- importância média, 4- pouca importância e 5- nenhuma importância) NÃO REPETIR AS ALTERNATIVAS.

- | | |
|--------------------------------------|---|
| 1.1 ___ Em casa com a família | 1.4 ___ De conversas com amigos |
| 1.2 ___ Em aulas na faculdade | 1.5 ___ De revistas, livros, TV e o rádio |
| 1.3 ___ De minha experiência prática | |

2. Como você se sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?

- 2.1() Nada seguro – Eu gostaria de possuir um nível muito melhor de educação financeira
- 2.2() Não muito seguro – Eu gostaria de saber um pouco mais sobre finanças
- 2.3() Razoavelmente seguro – Eu conheço a maioria das coisas que eu precisaria saber sobre o assunto
- 2.4() Muito seguro – Eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre finanças

PARTE 2 - PERCEPÇÃO E COMPORTAMENTO DE RISCO

Marque com um “X” quanto risco você percebe	Nenhum Risco	Pouco Risco	Risco Moderado	Muito Risco	Risco Extremo
11. Gastar grande quantidade de dinheiro em loterias					
12. Ser avalista de alguém					
13. Gastar dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências					
14. Investir em um negócio que possui grandes chances de não dar certo					
15. Emprestar para amigo/familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal					
Marque com um “X” a probabilidade de você realizar.	Muito Improvável	Improvável	Incerto	Provável	Muito Provável
16. Gastar grande quantidade de dinheiro em loterias					
17. Ser avalista de alguém					
18. Gastar dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências					
19. Investir em um negócio que possui grandes chances de não dar certo					
20. Emprestar para amigo/familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal					

